



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



TÚLIO MARCOS FIGUEIREDO SALOMÃO

**ANÁLISE DO NARCOTRÁFICO ENTRE BRASIL E BOLÍVIA E OS
DESAFIOS NO CONTROLE DE ACESSO E
COMERCIALIZAÇÃO DOS ENTORPECENTES**

NITERÓI, 2023

TÚLIO MARCOS FIGUEIREDO SALOMÃO

**ANÁLISE DO NARCOTRÁFICO ENTRE BRASIL E
BOLÍVIA E OS DESAFIOS NO CONTROLE DE ACESSO
E COMERCIALIZAÇÃO DOS ENTORPECENTES**

Trabalho de conclusão de curso de MBA apresentado ao Instituto de Estudos e Estratégias da Universidade Federal Fluminense com parceria com Centro de Instrução Sylvio de Camargo (Marinha do Brasil) como requisito parcial para obtenção do título de MBA em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais.

**Folha de Aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais
(Monografia)**

Título do Trabalho: Análise do narcotráfico entre Brasil e Bolívia e os desafios no controle de acesso e comercialização dos entorpecentes

Aluno: TÚLIO MARCOS FIGUEIREDO SALOMÃO

Avaliadores

Avaliador 01: Prof. Márcio Malta (Orientador)

Avaliador 02: XXXXXXXXXXXXXXXX (leitor)

Notas dos Avaliadores	
Nota 1	
Nota 2	
Nota final	

RESUMO

O narcotráfico internacional tornou-se um problema global, desafiando as autoridades por seus métodos e esquemas cada vez mais elaborados. Esse trabalho busca analisar a relação entre a Bolívia e o Brasil no tráfico de drogas transnacional, sendo o Brasil o corredor de escoamento da cocaína para países europeus e africanos. Permeando pela história da economia boliviana, o cultivo de folhas de coca, apresentando seu aspecto cultural e histórico, e as motivações que possam ter levado o país a se tornar um dos maiores produtores e pasta base de cocaína, por meio de narcotraficantes. Ainda discorre sobre a participação do Brasil nesta rede, seu envolvimento com a produção comercialização e exportação do entorpecente, transpassando pelas vulnerabilidades no controle de entrada da cocaína no país até o ponto de saída que é principalmente o Porto de Santos, localizado no estado de São Paulo.

Palavras- chave: Narcotráfico, cocaína, fronteiras, Tráfico transnacional

ABSTRACT

International drug trafficking has become a global problem, challenging authorities for its increasingly elaborate methods and schemes. This work seeks to analyze the relationship between Bolivia and Brazil in transnational drug trafficking, with Brazil being the corridor for the flow of cocaine to European and African countries. Pervading the history of the Bolivian economy, the cultivation of coca leaves, presenting its cultural and historical aspect, and the motivations that may have led the country to become one of the largest producers and base paste of cocaine, through drug traffickers. It also discusses Brazil's participation in this network, its involvement in the production, marketing and export of narcotics, including vulnerabilities in controlling the entry of cocaine into the country up to the exit point, which is mainly the Port of Santos, located in the state of São Paulo.

Keywords: Drug trafficking, cocaine, borders, Transnational trafficking

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ÍNDICE DE FIGIRAS

Figura 1.1 – PCC

Figura 1.2 - Mapa de rotas do tráfico de droga

Figura 1.3: Mapa do Acre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 - HISTÓRIA DA ECONOMIA DA BOLÍVIA: DA MINERAÇÃO À PLANTAÇÃO DE COCA	10
1.1 - História da economia Boliviana	10
1.2 - A folha de coca na cultura boliviana	16
2 - NARCOTRÁFICO BOLÍVIA E BRASIL	18
2.1- Crescimento as plantações de coca até o mercado ilegal	18
2.2 – Narcotráfico no Brasil – Rota e consumo	21
2.3- PCC, a maior facção criminosa do Brasil	25
2.4 - Atuação do PCC no narcotráfico internacional	27
3 - DESAFIOS BRASILEIROS NO CONTROLE DE ACESSO E COMERCIALIZAÇÃO DOS ENTORPECENTES	29
3.1- Fronteiras	29
3.2- Rotas do Narcotráfico Boliviano – Acre	31
3.3- Rotas do Narcotráfico Boliviano – Rondônia	32
3.4- Rotas do Narcotráfico Boliviano – Mato Grosso	36
3.5- Rotas do Narcotráfico Boliviano – Mato Grosso do Sul	37
3.6- Rota marítma – O porto de Santos	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIGRAFICA	47

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma pesquisa exploratória, uma conjugação de dados primários e teoria para dar conta de explicar o fenômeno estudado. Busca analisar, aprofundar os conhecimentos e compreender por meio de pesquisa bibliográfica, dados do governo e artigos acadêmicos, a história e o crescimento do narcotráfico entre os países Brasil e Bolívia, apresentando seus impactos negativos no nosso país e ainda as dificuldades em controlar o acesso e consumo dos entorpecentes, sendo este dividido em três capítulos.

O primeiro irá remontar o processo histórico que levou ao surgimento das plantações de coca na Bolívia e conseqüentemente a produção de cocaína e seus desencadeamentos, os aspectos culturais bolivianos que estão diretamente ligados ao contexto social, político e econômico do plantio, apontar e diferenciar a folha de coca, presente na cultura e costume boliviano há várias décadas, e a cocaína que alimenta o narcotráfico.

Por conseguinte a pesquisa irá versar sobre o aumento da área de cultivo de coca na Bolívia no período 2006 a 2019, que corresponde ao período em Evo Morales esteve na presidência do país, marcado pela ruptura com a política exterior adotada no período neoliberal (1992-2003) e rechaço do apoio norte americano contra o narcotráfico, com um discurso “coca sim, cocaína não”, de tradicionalização da folha, produto presente em muitos países sul-americanos, inclusive no Brasil (noroeste amazônico), e culturalmente importante, como será descrito no primeiro capítulo.

Discorrerá ainda sobre a transformação da coca em cocaína, o escoamento da droga pelo território brasileiro até a saída para a Europa e as organizações criminosas responsáveis pela distribuição e comercialização da droga, que impulsiona um mercado milionário e que de acordo com a Global Financial Integrity (2017), movimentou uma quantia vultuosa no ano de 2014 que variou entre US\$ 426 bilhões e US\$ 652 bilhões. Segundo Labrousse (2010), no processo de produção da cocaína e da heroína a valor final pode chegar a 1.500 vezes o valor do seu custo inicial.

O último capítulo versará sobre os desafios brasileiros no controle efetivo do acesso às drogas provenientes da Bolívia, considerando alguns fatores que compactuam com os traficantes, que de acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública Brasileiro, o primeiro deles é o fato de o Brasil ser um “corredor” potencial para o escoamento da

mercadoria ilegal para outros pontos do mundo, pois hoje os traficantes bolivianos se favorecem de diferentes rotas (terrestres, fluviais e aéreas) e meios de transporte (veículos, embarcações e aviões de pequeno porte) com destinos aos portos brasileiros dentre eles o porto de Santos, localizado no Estado de São Paulo, uma vez que a extensão territorial fronteiriça brasileira atinge 3.423,2 Km dos quais 2.609,3 km são compostos por rios e canais, 63,0 km por lagoas e 750,9 km por linhas convencionais (CASTILHO).

Outro dado importante da região é que sobre o ponto de vista etnográfico é preciso se pensar em fronteira como zona “liminar”, em permanente construção, tida como uma “margem” com certa autonomia e poder, concomitantemente em que é objeto de controle (COSTA, 2018, p.6). Todavia, os estados brasileiros que fazem fronteira com a Bolívia: Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul¹ são caracterizados por áreas remotas, florestas densas e rios o que dificulta o monitoramento nessas localidades, sendo o segundo fator que desafia a fiscalização brasileira, é o pouco efetivo policial para o controle de acesso e a falta de integração na comunicação entre as forças (GUIMARÃES,2022).

As organizações criminosas envolvidas no tráfico de drogas são complexas e bem estruturadas, sendo o Primeiro Comando da Capital (PCC) o principal *player* da importação e exportação, por sua atuação em território nacional e ligações com máfias da Europa e cartéis produtores de cocaína e maconha com países sul-americanos incluindo a Bolívia, funciona como o grande elo logístico do narcotráfico na América do Sul (HAJJAR, 2022, p.68). Com a utilização de rotas e modais terrestres e aéreos para a importação e marítimos para a exportação através de navios cargueiros, o grupo infiltrou-se nos portos brasileiros e internacionais tornando-se o principal fornecedor de cocaína e maconha da Europa, norte da África e Emirados Árabes (WAINER, 2019). Além do brasileiro PCC, outras células criminosas bolivarianas atuam na região como, por exemplo, Clã Dorado (OLIVEIRA, 2021).

Neste cenário o Brasil se torna, portanto, o principal ponto de partida dos entorpecentes para o mercado europeu, sendo este um mercado lucrativo e demandante, tendo como principais destinos Portugal, Espanha, Países Baixos, Bélgica e Reino Unido. Segundo o Escritório da Nações Unidas sobre Drogas e Crime, em torno de 275 milhões de pessoas fizeram uso de entorpecentes pelo mundo em 2019 e mais de 36 milhões de pessoas tiveram transtornos devido ao uso de drogas (UNODC, 2021).

¹ Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Disponível em: <http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/>

1. História da Economia da Bolívia: da mineração à plantação de coca

1.1 História da economia Boliviana

Para entender como a Bolívia se tornou o maior país utilizador das rotas brasileiras para as atividades narcóticas, faz-se necessário entender a história econômica do País.

No final do Século XVIII os impérios espanhóis e portugueses nas américas começaram a ruir. Os movimentos pela independência, foram ganhando força por meio dos escravos haitianos, pela independência dos Estados Unidos e pela revolução Francesa de 1798, mas a principal motivação para a mudança na estrutura colonial foi o processo de industrialização que impulsionou a busca por novos mercados. A maioria dos Países da América Latina iniciou o movimento de independência na mesma época. Contudo Países dominados pela Espanha não se tornaram um só durante esse processo de mudança, mesmo que fosse desejo de alguns líderes do movimento, dentre eles Simon Bolívar. As destruições provenientes das Guerras pela independência e os interesses comerciais das elites locais em conjunto com a Inglaterra somados a fragilidade da Espanha na economia interna e vínculos importantes no exterior culminou na fragmentação de diversos estados nacionais.

Naquela época a Bolívia ainda era conhecida como alto peru e foi a primeira região se voltar contra o domínio espanhol. A independência se concretizou em 1825 e em homenagem a um dos líderes do movimento, o novo nome dado ao local foi Bolívia.

Em decorrência do controle espanhol na região, a estrutura econômica e social sofreu muitos impactos. Tendo a elite dado continuidade a direção do país alguns comportamentos excludentes foram mantidos, como a falta de visibilidade dada a maioria dos grupos indígenas que habitavam algumas regiões do novo país. Essa condução com traços europeus causou muitos traumas na nova nação.

A mão-de-obra na mineração de prata e futuramente do estanho vinha dos povos indígenas, além da agricultura e apesar de conseguir tantas riquezas provenientes dessas atividades, o País se tornava praticamente inviável para se desenvolver economicamente, pois a elite que dirigia o país ainda mantinha relações muito estreitas com o exterior, para onde eram enviados os lucros obtidos.

No século XIX, ainda existiam alguns grupos que permaneciam fora do controle governamental. Dividido em etnias e culturas diversificadas e com uma fraca economia

ainda se mantinha sem progresso significativo. Ainda neste período sofreu alguns impactos decorrentes de disputas territoriais com países ligados as suas fronteiras que fez com que perdesse espaços importantíssimos, como o acesso ao mar, durante a guerra do pacífico em 1889 e a perda dos seringais amazônicos devido a guerra do Acre em 1903 e cerca de 200 mil km² de sua região para o Paraguai pela derrota na guerra do Chaco em 1935 e todas essas perdas favoreceram a elite mineradora e latifundiária.

Entre o final do século XIX e início do século XX, a Bolívia iniciava o fornecimento de um novo produto: o estanho. Com a comercialização desse mineral a Bolívia tornou-se um fornecedor importante no mundo, sendo responsável pela exportação de cerca de um quarto da produção mundial, por volta de 1949 esse produto significava 75% da exportação exterior do país (ANDRADE, 2012).

De acordo com Malloy (1989), apesar do grande crescimento, a Bolívia ainda era dependente de grandes mineradores, pois seus maiores produtos de importação, que englobava não só o estanho, mas o gás natural, e outros minérios, encontravam-se em regiões de difícil acesso e a falta de infraestrutura para o deslocamento dos produtos, impactavam em um alto custo. Logo o controle do negócio não era de domínio do país e mais uma vez o Estado não apresentava grande desenvolvimento local e sim o aumento da renda da elite mineradora que possuía um capital maior que o do país.

O grande desinteresse pelo desenvolvimento da economia nacional chegou ao ponto de os grandes empresários do estanho, que possuíam rendas superiores às do estado boliviano, fundarem as sedes de suas empresas no exterior. Em 1924, Simon Patiño fundou a "Patiño Mines and Enterprise Consolidated Inc." no estado de Delaware nos EUA com capital de 6.250.000 libras. Em 1922, Aramayo estabeleceu a "Compagnie Aramayo de Mines en Bolivie S.A.", localizada na Suíça, com um capital inicial de 25 milhões de francos. (MALLOY, p 63-64).

Segundo Guzman (1990), por muitos anos o monopólio mineral se manteve nas mãos de três grandes empresários e o retorno financeiro para o país derivado das exportações, que se justificava pela baixa taxa de juros que era em torno de 5% tendo em suas maiores altas 13% mantiveram o desenvolvimento boliviano estagnado.

Na metade da década de 1920 o País enfrentou grandes crises decorrentes da queda dos preços do seu principal produto de exportação que impactou diretamente na economia governamental e em 1929 sob o governo de Hernando Siles veio a primeira crise internacional. Um ano antes da eclosão da crise na tentativa de conter as movimentações

políticas internas o governante decretou o estado de sítio, contudo em 1930 Siles foi impedido de continuar seu mandato e foi eleito Daniel Salamanca, candidato representante de partidos conservadores que tinha como missão controlar o agravamento da crise que se estabelecia.

Algumas medidas foram tomadas na tentativa de minimizar os impactos nos cofres públicos e preservar os interesses dos grandes mineradores, como o controle de produção e cobrança de imposto, nos anos seguintes o presidente foi impedido de pagar a dívida externa, houve redução na produção de estanho e ainda queda vertiginosa dos preços pagos pelo mineral.

De acordo com, Klein (2016), o monopólio econômico mineral foi grande motivo de conflito entre o governo e o grupo de mineradores que detinham o espólio econômico que impedia o crescimento da região. Esse desarranjo econômico e a marginalização da população indígena, bem como o poder imperial que ainda existia no país contribuíram para que não houvesse uma burguesia nacional. Greves e manifestações contra o presidente conservador colocaram seu mandato em perigo. A queda nos preços do estanho, ocasionou muitas crises fiscais motivo que pode ter acelerado o confronto no Paraguai Guerra do Chaco que fez com que a Bolívia perdesse território. A elite nacional perdeu espaço e surgiram novos políticos de oposição e movimentos operários que serão importantes para as mudanças que virão.

Com o fim da guerra contra o Paraguai, houve um agravamento nas finanças bolivianas, além disso um impacto político maior ao decidirem nacionalizar a empresa Standard Oil, uma multinacional estadunidense. A exploração de gás e petróleo que antes tinha pouco alcance, começou a alavancar e ter maior visibilidade internacional.

Segundo Virreira (1979), há muito tempo as jazidas de petróleo eram exploradas por empresas terceirizadas, no ano de 1920 foi aberta a possibilidade de concessão para exploração das riquezas do país para empresas estrangeiras com a cobrança de 15% de royalties em todo o produto exportado. Logo no ano seguinte a Empresa Americana se interessou nessa atividade, contudo concomitante a concessão adquirida pela Standard Oil houve a redução dos royalties para 11%.

Em 1936 foi decidido, sob governo de David Toro, que todas as concessões seriam retiradas e iniciou-se um processo contra a Standard Oil por comportamento corrupto e suspeita de compactuar com o inimigo, ainda no Governo de Toro foi criado o ministério de

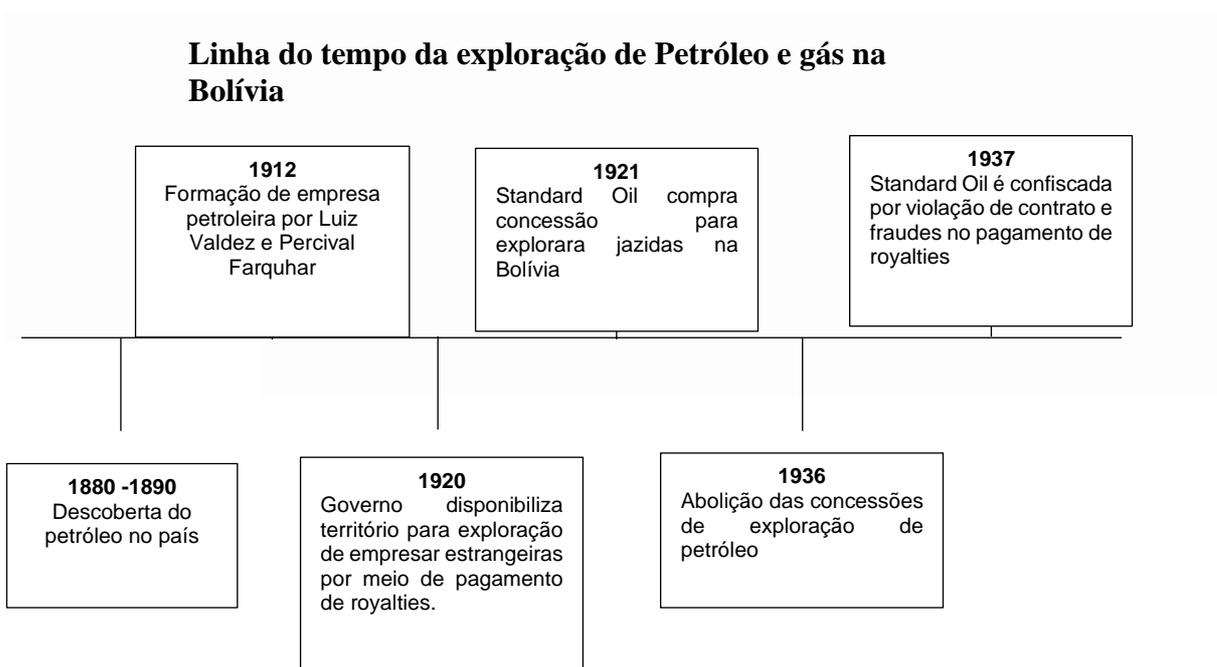
Minas e Energia.

O número de concessões de exploração no país reduziu em aproximadamente 98% e no final deste ano foi criada Yacimientos Petrolíferos y Fiscales de Boliviana (YPFB) com o objetivo de fazer todo o processo de refino do petróleo e gás até a comercialização sem utilizar empresas externas.

Por fim em 1937, finalmente a Standard Oil teve sua concessão confiscada por comprovação de transferência de equipamento para a Argentina, além de se negarem a refinar combustível para os aviões bolivianos.

Segundo Klein, essa atitude teve muito impacto, uma vez que era a primeira vez que um país, interferia no funcionamento de uma empresa dos Estados Unidos na região Latino Americana.

No ano 1939 a empresa ainda tentou recorrer da decisão de confisco, mas não obteve sucesso e depois da criação da YPFB a produção de petróleo aumentou 100%.



A chegada da Segunda guerra Mundial, no ano de 1939, trouxe novos desafios à Bolívia, o País latino foi pressionado a fechar uma acordo de fornecimento de estanho aos Estados Unidos como forma de colaborar com os esforços de Guerra, contudo mantendo um preço de seus minérios abaixo dos praticados no mercado, essa decisão acarretou em alguns crises nacionais, decorrentes de acusações de desperdício das riquezas nacionais, principalmente por

ter sua produção exclusiva do País Norte americano por um período de 5 anos, conforme descrito por Bethelli (1999).

Os efeitos adversos da decisão de ser único fornecedor dos estados unidos, apresentam-se logo na Bolívia, uma vez que as condições de venda do estanho causam impactos na economia e os mantém instáveis politicamente, além de estimular conflitos internos.

Conforme descrito por DUNKERLEY (1987), para minimizar os impactos econômicos desse fornecimento, houve aumento exploração da mão-de-obra mineira, proporcionando baixa remuneração e condições insalubres de trabalho, que perdurou por aproximadamente 4 anos, quando no ano de 1945 a entrada do governo Gualberto Villaroel, passa a implantar medidas que dentre elas estava a cobrança de impostos sobre os lucros e ganhos da exportação e ainda a venda obrigatória de 60% da produção de matéria-prima ao governo. Com isso foi concedido aos mineradores um aumento da remuneração de gratificação natalina, cabe ressaltar que essas mudanças despertaram incômodo na burguesia boliviana, uma vez que essas ações objetivavam ampliar o apoio ao governo, impactando no poder de decisão dos barões do minério de instituir e destituir presidentes.

O presidente tentava, neste período, conciliar dois interesses que divergiam que eram os benefícios limitados dado aos trabalhadores e os interesses dos grandes mineradores. E acredita-se que não tinha conhecimento do abismo que havia entre essas duas categorias, mas tentava construir um governo de equilíbrios, mesmo que com medidas sutis (ANDRADE, 2012).

Na década de 40, em meio à crise econômica passada pela Bolívia surgiram outras demandas que impactaram o país, sendo algumas delas a “Carta Econômica da América” que exigia redução de tarifas de incentivo ao capital estrangeiro, divergindo da ideia nacionalista e neste contexto, influenciados pela Guerra do Chaco, houve um contato mais intenso entre a população da área urbana e rural.

A estrutura no campo nesta época permanecia como na colonização, em que a maior concentração de áreas de cultivo pertencia a grandes proprietários e com mão-de-obra indígena gratuita e obrigatória. Os camponeses eram desfavorecidos, mesmo sendo maioria na região, situação que explicitava a desigualdade social deste período, resultando em muitas greves e revoltas (MALLOY, 1989).

No ano de 1952, a situação da mineração permanecia desanimadora em razão das situações degradantes de trabalho, que incluía maquinário obsoleto e minas em péssimas condições, em consequência disso o novo governo do Movimento Nacionalista

Revolucionário (MNR), tomou algumas medidas, visando evitar rompimento com os Estados Unidos e boicotes econômicos. Criou uma comissão para estudar as possibilidades para a nacionalização, tendo como eixo o enfraquecimento do movimento sindical, reduzindo as concessões que seriam exigidas (ANDRADE, 2012). Todavia neste mesmo ano foi criada a COMIBOL (Corporación Minera de Bolívia) e surgiram as primeiras medidas efetivas para o setor que preservou parte do setor privado da mineração e limitou o poder dos sindicatos da área (LORA, 1982).

Outras mudanças foram feitas por meio da COMIBOL, dentre elas novas concessões para exploração do minério boliviano, incentivo às médias e pequenas mineradoras por meio do banco minério e a posse de 163 minas empregando quase 30.000 trabalhadores, contudo o desenvolvimento do setor não foi satisfatório.

O Governo teve dificuldade em firmar um novo contrato com os Estados Unidos, seu principal comprador, a corrupção aumentou e decisões importante sobre o investimento em outros setores como forma de diversificação da economia, resultaram em impactos negativos na mineração.

A situação de degradação econômica na Bolívia perdurou por muitos anos e passou por diversas modificações, que permearam pela reforma agrária, que apresentou impactos positivos e negativos em diferentes regiões, o plano Eder, criado para estabilizar a economia decorrente do descontrole inflacionário da época, com um plano de medidas que colidia com os interesses dos operários e camponeses e foi articulado por especialistas americanos e pelo Fundo Monetário internacional (SEGABINAZI, p.130).

E promulgação de um novo código do petróleo, que permitia a exploração por empresas estrangeiras. Nesse cenário a classe operária era enfraquecida e economicamente desorganizada (ANDRADE, p.17).

A guinada para uma política econômica ortodoxa foi inevitável, o que causou muitos protestos de trabalhadores e donas de casa. A população foi muito sensível ao congelamento dos salários, à perda do poder aquisitivo, à redução do crédito (SEGABINAZZI, 2006).

Em 1964 o país sofreu um golpe Militar, sendo governado por René Barrientos, que não conseguiu controlar os impasses entre as principais forças sociais e políticas (ANDRADE, p.21).

No final da década de 1970, os países sul-americanos foram empurrados para a estagnação econômica, desemprego em massa, problemas inflacionários e queda nas importações. Na década seguinte, com a privatização das minas de estanho e recessão econômica, grande quantidade mineiros foram demitidos e retirados de suas casas, dessa fora houve uma migração desses mineiros e dos camponeses, que fugiam da deterioração do campo para as cidades de El Alto e Cochabamba ou para o vale agrícola composto pelas planícies La Paz, Chapare e Santa Cruz (CHAVES, P.14).

1.2 - A folha de coca na cultura boliviana

Na década de 80, muitos mineiros que migraram para as planícies foram direcionados para a plantação tradicional de folha de coca, que atendia a demanda interna indígena e o mercado internacional, pois neste período a pasta base e a cocaína eram muito rentáveis para o País (CHAVES, P.17).

A coca é originalmente uma planta nativa da Bolívia e do Peru e é considerada sagrada pelos povos das regiões andinas, devido ao seu potencial analgésico e nutritivo, ou seja, tem valor histórico e cultural para os bolivianos.

A folha de coca é um estimulante de potência média com alto poder nutritivo, fonte de calorias, proteínas, cálcio, ferro, vitamina A e outros nutrientes. Desde antes da invasão europeia faz parte da dieta de povos andinos e amazônicos (MAISONAVE, ALMEIDA, 2020).

A coca, cujo nome científico é *erythroxyton coca*, tinha finalidade terapêutica e religiosa, é utilizada há milênios por civilizações incas e está inserida há séculos nas culturas amazônicas e guaranis. Por ter alto valor energético era muito consumida pelos indígenas que trabalhavam nas minas, pois ao mascá-las seu potencial de trabalho aumentava significativamente. Foi considerada um produto do demônio pelos religiosos de outras nacionalidades, mas conseguiu permanecer na cultura local mesmo com essas perseguições.

Além de ser consumida em natura, também foi utilizada para fazer infusões e mate, sendo inserida entre os ingredientes da bebida mais famosa do mundo, a Coca – Cola.

No ano de 1858, a cocaína, que representa menos de 1% das propriedades que podem ser extraídas da folha de coca, eram utilizadas em cirurgias oftalmológicas e tratamento respiratórios como tuberculose e a asma, devido ao seu poder anestésico, sendo um importante

medicamento da farmacopeia moderna, até o ano de 1923 quando o bioquímico alemão Richard Willstätter criou a molécula sintética.

A partir daí a folha de coca foi considerada responsável pela dependência de milhares de consumidores em todo o mundo e pela pobreza do subcontinente, tendo seu uso associado a redução da capacidade de trabalho. Em 1952, o comitê de especial em fármaco-dependência da Organização Mundial da Saúde (OMS), conclui que o hábito de mascar a folha possuía características de dependência e vício (OMS,1952).

Diante deste cenário a “comunidade internacional” fez a associação entre os efeitos da folha de coca aos produzidos pelo cloridrato de cocaína e então no ano de 1961 a folha de coca foi acrescida no repertório de “plantas psicotrópicas” pela convenção Única sobre Estupefacientes, devido à pressão feita pelos Estados Unidos, que era o maior país consumidor de cocaína no mundo (OICS, 2006).

De acordo com a Transnational Institute (TI), a folha de coca foi injustiçada, ao ter seus efeitos confundidos com os da cocaína, sendo penalizada pois é a planta de onde deriva a cocaína.

Desde o ano de 1970 iniciou uma luta para mostrar que a erythroxyton coca, não afeta o sistema nervoso (TI, 2006), desde então os cientistas vem tentando mostrar que os impactos da mastigação da folha de coca são diferentes da cocaína, pois ao mastigar a folha é inteiramente hidrolisada pelo sistema digestivo, além de possuir muitos nutrientes, tal como a comida comum (DUKE, AULIK, PLOWMAN, 1975).

uma perspectiva biofarmacológica reducionista que toma o consumo dessas substâncias como o contato entre um indivíduo universal e uma molécula capaz de engendrar sempre os mesmos efeitos, ignorando as dimensões históricas, simbólicas, políticas e morais envolvidas na produção dos sentidos de todas as ações humanas, terminam por condenar o debate científico sobre o uso de ‘drogas’ a uma estéril divisão entre partes – entre ciências biológicas e ciências humanas, entre realismo e construtivismo, entre objetividade e subjetividade e assim por diante (Labate et al., 2008, p.37).

A cultura de Plantação de coca sofreu muitas ofensivas pelo governo neoliberal, todavia o movimento dos plantadores de coca liderados por Evo Morales, inicialmente organizados

por federações sindicais locais e regionais e milícias de autodefesa, ofereceu resistência demarcando o lugar de cultivo da coca nas regiões andinas tradicionais e negando a responsabilidade pelo tráfico de drogas. Esse movimento social camponês tinha interesse em defender os produtores de coca de pequeno e médio porte e tentava impedir que o governo implantasse medidas de erradicação da coca com auxílio dos Estados Unidos (CHAVES, p.8, 2014).

Uma das medidas adotadas na ação norte americana de erradicação das plantações de coca, foi a substituição do seu cultivo por outros produtos, como a banana, mas não obteve aceitação, devido ao valor elevado para o plantio, bem como o tempo de colheita que levaria entre 40 e 60 anos (Rippel, 2006). Segundo Barrientos e Schug (2006), para os fazendeiros de Cochabamba a plantação de coca, era mais barata, pois a planta era robusta, exigia poucos cuidados e técnicas já conhecidas pela população local.

Apesar de repressão, em julho 1988, pela primeira vez o cultivo de coca foi regulamentado na Bolívia através da lei 1008, que estabeleceu áreas específicas para o plantio.

A reportagem produzida pela folha de São Paulo sobre as plantações de coca na Bolívia relata que as áreas legais estabelecidas por esta lei estavam localizadas principalmente nas Yungas de La Serenidade. O cultivo em outras áreas, como a região do Chapare, na província de Cochabamba, foi considerado ilegal e passível de erradicação.

Em 2004, durante o governo de Carlos Mesa foi estabelecido um programa chamado "cato de coca", permitindo a cada família na região do Chapare cultivar um "cato" (cerca de 1600 metros quadrados) de coca.

Posteriormente, em março de 2017, a Bolívia promulgou uma nova lei da coca (Lei Geral da Coca) que ampliou a quantidade de hectares legais para cultivo de coca de 12.000 para 22.000 hectares. Essa lei foi vista como uma tentativa de acalmar as tensões sociais e políticas em torno da erradicação do cultivo de coca (MAISONNAVE, ALMEIDA, 2020);

Ainda de acordo com MAISONNAVE e ALMEIDA (2020), há mais de uma década, quando Evo Morales chegou à presidência, a Bolívia oficiosamente, legalizou parte do plantio destinado ao narcotráfico, resultando na mais bem sucedida experiência mundial de controle da produção.

Capítulo 2 – Narcotráfico Bolívia e Brasil

2.1- Crescimento as plantações de coca até o mercado ilegal

A plantação de coca boliviana teve uma crescente no decorrer dos anos, tendo sua área de plantio e comércio aumentados e um dos principais responsáveis pela organização e crescimento dessas plantações foi o presidente Evo Morales. O boliviano nasceu em 1959 em Orinoca, uma pequena comunidade indígena no departamento de Oruro. Ele cresceu em meio à pobreza e à discriminação racial, e desde cedo se envolveu na luta pelos direitos dos camponeses e dos povos indígenas.

Na década de 1980, se tornou líder do sindicato dos cultivadores de coca do Chapare, uma região de plantações de coca no departamento de Cochabamba. A partir daí, Morales tornou-se uma figura importante na luta contra a política de erradicação da coca implementada pelos governos bolivianos e pelos Estados Unidos. Liderou várias mobilizações e greves de fome, e se tornou um símbolo da resistência camponesa e indígena.

Em 1997, Morales fundou o Movimento ao Socialismo (MAS), um partido político que buscava representar os interesses dos movimentos sociais bolivianos. O partido cresceu rapidamente, e em 2002 Morales se candidatou à presidência pela primeira vez, mas perdeu para Gonzalo Sánchez de Lozada.

Já em 2004, Evo mostrou sua influência e conseguiu um acordo em favor da coca, com o então presidente da Bolívia Carlos Mesa. Que determina que uma família poderá plantar coca em uma área de um “cato”, correspondente a 1600m² ou a duas quadras de futsal. Todavia o excedente ficará sujeito à “racionalização”. A Organização dessas plantações e a definição de quem tem direito a área de plantio e o excedente é de responsabilidade dos sindicatos e das federações e cabe ao governo boliviano combater o cultivo em áreas não autorizadas, como parques nacionais e regiões fora do Chapare e dos Yungas (MAISONNAVE, ALMEIDA, 2020).

Em 2005, Morales concorreu novamente à presidência, desta vez com uma plataforma mais radical de nacionalização dos recursos naturais e reforma agrária. Ele venceu as eleições com mais de 50% dos votos, tornando-se o primeiro presidente indígena da Bolívia.

A presidência de Evo Morales, marca uma ruptura com o delineamento de política exterior adotada no período neoliberal (1992-2003). Durante o período neoliberal, entre 1994 e 2000, foram implementadas estratégias com o apoio norte americano, como a implementação de leis rígidas que penalizavam os narcotraficantes, que foram consideradas as mais bem-sucedidas em termos de redução da produção potencial de cocaína, resultando em uma diminuição de 400%. Evo rejeita o suporte dos Estados Unidos na luta contra o narcotráfico,

defendendo a mensagem "coca sim, cocaína não". Ele destaca a importância cultural e tradicional da folha de coca, que é encontrada em diversos países sul-americanos, incluindo a região noroeste da Amazônia no Brasil, como foi descrito no capítulo 1.

A política de combate ao narcotráfico implementada pelos Estados Unidos na Bolívia na década de 1980 e 1990, teve um impacto significativo na vida dos camponeses e cultivadores de coca na Bolívia, alguns, inclusive, sofreram com a erradicação forçada de suas plantações.

Evo Morales, como líder do sindicato dos cultivadores de coca do Chapare, se tornou um dos principais opositores dessa política, denunciando a violação dos direitos humanos e a destruição da economia local. Essa posição o colocou em rota de colisão com os Estados Unidos, que passaram a considerá-lo um aliado do narcotráfico (ARCHONDO, 2007).

Durante seu governo, Morales manteve uma relação tensa com os Estados Unidos, denunciando a interferência do país na política boliviana e defendendo a soberania nacional. Há nitidamente uma mudança de relação com os norte-americanos no que se refere aos governos anteriores, que adotavam uma postura mais alinhada com os interesses dos EUA na região.

Em setembro de 2008 Morales expulsou do país, Philip Goldber (embaixador estadunidense entre 2006 e 2008), com acusação de conspiração e incitação de conflitos internos, especialmente na região de Santa Cruz, um reduto de oposição contra o governo. Ainda em 2008, o governo boliviano liderado por Evo Morales negou permissão para que a Agência de Combate às Drogas dos EUA (DEA) promovesse sobrevoo no país para mapear os cultivos de coca na região e, posteriormente, expulsou a agência do país. Essa decisão foi parte da política de combate às drogas do governo boliviano, que buscava uma abordagem mais autônoma e menos alinhada com os interesses dos EUA na região andina. A expulsão da DEA foi seguida pela expulsão da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) da região do Chapare, também acusada pelo governo boliviano de financiar a oposição e criticada por sua relutância em se submeter às novas diretrizes governamentais acerca da cooperação internacional (DELGADO, FILHO, p. 305).

Evo renunciou a presidência da Bolívia no ano de 2019, após semanas de protestos e instabilidade política no país. e as plantações de coca ainda permanecem sendo permitidas no país.

Atualmente, apesar das plantações serem mantidas sob controle dos sindicatos, o consumo tradicional não consegue absorver toda a produção, principalmente após o aumento da área de plantio em 2017, que majoritariamente favoreceu a região do Chapare

(MAISONNAVE e ALMEIDA, 2020) de onde parte a maior quantidade de folhas para o mercado ilegal, dessa forma estima-se que 90% da produção seja fornecida ao narcotráfico.

A relação entre a plantação e venda das folhas de coca ao narcotráfico podem ir além de uma negociação de matéria prima e sim do produto. Segundo Jaime Mamani, vice-ministro de Defesa Social e de Substâncias Controladas da Bolívia, durante uma operação que iniciou em 2021, mais de 500.000 toneladas de substâncias foram apreendidas, incluindo pasta base de cocaína, cloridrato de cocaína e maconha e “148 laboratórios utilizados para refino da pasta base da cocaína não só oriunda do país, mas também vindas do Chile (HURTADO, 2023).

“Ao contrário dos últimos anos, quando a Bolívia era considerada um país principalmente de trânsito de cocaína, a tendência agora está mudando para que a Bolívia seja novamente um país produtor de cocaína”, afirmou à *Diálogo* a criminologista Gabriela Reyes Rodas, ex-diretora do Observatório Boliviano de Segurança Cidadã e Combate às Drogas, em 10 de julho de 2023 (HURTADO, 2023)

Segundo Ana Soliz, professora e pesquisadora da Universidade das Forças Armadas em Hamburgo, Alemanha, a Produção boliviana de drogas tem como destinos Paraguai, Europa e principalmente o Brasil (HURTADO, 2023).

Estudo de 2012 feito pela Polícia Federal revelou que 54,3% da cocaína que ingressa no país tem origem no Chapare ou nos Yungas. Em segundo lugar, aparece o Peru (38%) (MAISONNAVE e ALMEIDA, 2020).

2.2 – Narcotráfico no Brasil – Rota e consumo

O Brasil é o 5º (quinto) país com o maior território no mundo e faz fronteira com dez dos dozes países da América do Sul e é a principal rota de drogas que saem da Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, com destino a Europa.

Atualmente, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o país que mais utiliza as rotas brasileiras para o Narcotráfico é a Bolívia que não só envia sua mercadoria pelas hidrovias, mas principalmente pelas rodovias e pelo tráfego aéreo.

A fronteira entre Bolívia e Brasil se estende desde Corumbá, em Mato Grosso do Sul, até Assis Brasil, no Acre. A linha limítrofe atravessa uma variedade de terrenos, percorrendo desde grandes áreas urbanas até desertos inóspitos e florestas. Começa no Pantanal e termina na Floresta Amazônica e totaliza 3 400 km de fronteira (Wikipédia).

"Naturalmente, o Brasil é um ponto importante para a saída da produção boliviana. A fronteira terrestre na parte mato-grossense é extensa e de fácil trafegabilidade", diz Pedro Florêncio, oficial brasileiro na Ameripol (Polícia das Américas) – entidade criada em 2007 que integra polícias de 20 países das Américas Central, do Norte e do Sul, com sede em Bogotá, na Colômbia, em entrevista para a BBC News Brasil.

Ainda segundo a reportagem, de acordo com Delegacia Especializada de Repressão ao Narcotráfico (Denar), a rota dos narcotraficantes bolivianos inicia na fronteira com Paraguai, que fica em Ponta-Porã e segue para Campo Grande ambos no Mato Grosso do Sul com destino a diversos estados brasileiros, entre eles, Rio de Janeiro, Bahia, Pará e principalmente São Paulo com intuito de chegar ao Porto de Santos para então se levada aos países europeus.

Brasil e Bolívia têm atualmente uma forte interação transfronteiriça devido à existência de vários pares de cidades-estado gêmeas². Essa situação levou o Pau-Brasil e La Serenidade a assinar um acordo em 2004 (promulgado pelo governo brasileiro em 2009 por meio do decreto 6.737) garantindo o direito de trabalhar, estudar e morar para aqueles que vivem na fronteira dos municípios filiados a Brasiléia. Cobija, Guajará-Mirim / Guayaramerin, Cáceres / San Matías e Corumbá / Puerto Suárez. Além disso, Assis Pau-Brasil foi designada como cidade-estado irmã pelo Ministério do desenvolvimento Regional, e está ligada por uma ponte a Bolpebra (FILHO, DA SILVA, DIAS, 2023).

Corumbá, importante cidade-estado do centro-oeste do Pau-Brasil, é a maior porta de entrada de imigrantes bolivianos em território brasileiro. Rotas migratórias também utilizadas para o tráfico de drogas. Com isso em mente, deve-se notar que a forte interação transfronteiriça impulsiona atividades legais e ilegais. O narcotráfico é um dos maiores problemas em termos de criminalidade nas regiões fronteiriças dos dois países (FILHO, DA SILVA, DIAS, 2023).

As rotas de narcotráfico são complexas e frequentemente se adaptam em resposta às medidas de repressão das autoridades, principalmente pelo fato de haverem muitos caminhos para escoamento dos entorpecentes.

Por meio terrestre, se dá através das rodovias bolivianas, a substância traficada parte de Guayaramerín, localizado em Beni, seguindo pela BR-425, e de Cobija, em

² Cidades-gêmeas são aglomerações urbanas que possuem mais de 2 mil habitantes e ficam uma ao lado da outra, mas em países diferentes, isto é, municípios de fronteira que se caracterizam pela integração urbana, econômica, social e cultural com outro município de um país vizinho.

Pando, acessando a BR-317, que faz fronteira com Rondônia e Acre. A principal via de transporte para as áreas Centro-Oeste e Sudeste brasileiras é a BR-364, conectando essa zona ao restante do Brasil. Um padrão semelhante se observa em Mato Grosso do Sul, que também é receptor das drogas vindas da Bolívia, especialmente pelas cidades de Corumbá e Porto Murtinho, além de outras localidades perto de Dourados e Ponta Porã, fronteiriças com o Paraguai. Este último país, por sua vez, é um dos fornecedores da cocaína que se destina ao Paraná. Em Mato Grosso, os locais chave para a entrada de drogas situam-se nas proximidades da BR-364 e na fronteira boliviana.

Há também um trajeto alternativo que transporta o produto de Guayaramerín diretamente para Pimenteiras do Oeste, na junção entre Rondônia e Mato Grosso, aproveitando-se de caminhos secundários próximos a Costa Marques e Vila de Pedras Negras no território brasileiro, ambas localizadas ao lado do Rio Guaporé. Em meio a esta paisagem remota e deslumbrante, a supervisão é insuficiente, mesmo estando entre territórios indígenas e zonas de conservação ambiental. Somente um posto militar, no Forte Príncipe da Beira, marca a presença governamental na área (MARIZ, 2009).

No mês de setembro de 2021, em Cáceres, um caminhão vindo da Bolívia transportando gado foi interceptado com 1064 kg de substâncias ilícitas. Na mesma época, em Corumbá, 10 toneladas de materiais para a fabricação de cocaína foram confiscadas (G1, 2021). Durante o período de 2019 a 2021, a fronteira entre Brasil e Bolívia foi palco da apreensão de mais de 20 toneladas de drogas (MATO GROSSO, 2021) (FILHO, DA SILVA, DIAS, 2023).

Por meio fluvial, a droga é introduzida no Brasil em pequenas quantidades pelos rios Paraguá, Itonamas, Mamoré, Santin Martin, San Joaquim, Mattos e Yacuma. Estes rios se originam em zonas produtoras de coca e fluem para o Rio Guaporé. O tráfico, em sua forma mais discreta, recorre a "mulas", indivíduos muitas vezes em condições financeiras precárias ou sem emprego, encarregados de levar a droga através da fronteira, o que conseguem fazer com uma certa facilidade (MARIZ, 2009).

Por tráfego aéreo é mais uma forma de entrada e escoamento da cocaína utilizada pelos narcotraficantes bolivianos, observa-se que ele é o principal meio para a entrada de cocaína oriunda da Bolívia e do Peru, sendo a Bolívia também uma rota de escoamento. Essas drogas destinam-se majoritariamente aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As aeronaves, em sua maioria provenientes da área de Chapare, fazem aterrissagens na Bolívia, perto da fronteira com o Brasil, buscando maximizar a

autonomia de voo para ingresso no território brasileiro. San Mathias, adjacente a Cáceres/MT, e Puerto Suarez, vizinha a Corumbá/MS, destacam-se como os principais pontos de transição a partir da Bolívia (CAMPOS, 2019).

Os aviões frequentemente empregados nesse tráfico são de pequeno porte, com capacidade para transportar aproximadamente 500 kg e alcance de cerca de 400 km. Esta distância permite que entrem no Brasil evitando áreas de maior fiscalização junto à fronteira e optando por pousos em pistas clandestinas, muitas vezes localizadas em fazendas, sobretudo nas regiões internas de São Paulo e Paraná (CAMPOS, 2019).

A rota aérea partindo da Bolívia com destino ao interior de São Paulo é conhecida como “rota caipira” (ABREU, 2017) e é responsável pela maior parte da movimentação de carga de cocaína que chega no país (CAMPOS, 2019).

Cabe ressaltar que houve um aumento significativo nas apreensões de cocaína no Brasil durante o período do governo do presidente Evo Morales.

De acordo com dados divulgados pela Polícia Federal Brasileira as apreensões de cocaína foram de 17.530 kg no ano de 2005 para quase 105 toneladas em 2019, último ano do governo de Morales conforme mostrado no gráfico abaixo.



Fonte: MJ - Departamento de Polícia Federal - CGPRE/DICOR

Todavia, as apreensões não tinham apenas destino internacional, . Estima-se que entre 60% (sessenta por cento) e 80% (oitenta por cento) da cocaína consumida no Brasil

é boliviana (SÁ, 2018).

2.3- PCC, a maior facção criminosa do Brasil

Entre os agravantes na logística de exportação e importação de drogas está a participação da facção criminosa brasileira PCC (Primeiro Comando da capital).

O Primeiro Comando da Capital (PCC) destaca-se como a principal facção criminosa no Brasil, com presença em 22 dos 27 estados e cerca de 29,4 mil integrantes. Além disso, sua influência se estende a países vizinhos como Bolívia, Paraguai e Colômbia. Em São Paulo, o PCC conta com mais de 8 mil membros, estando em quase 90% das instituições prisionais do estado e movimentando aproximadamente 120 milhões de reais anualmente (IPA Brasil, 2018).

O PCC foi criado em 31 de agosto de 1993 na Casa de Custódia de Taubaté, uma das prisões mais seguras do estado de São Paulo. Oito detentos, transferidos de São Paulo e conhecidos como "Os da capital", fundaram a facção durante uma partida de futebol de seu time, chamado Primeiro Comando da Capital. Eles também eram referidos como "Partido do Crime" ou "15.3.3", com base na posição das letras no alfabeto. Durante um jogo, esse grupo executou um dos criminosos mais temidos da prisão, estabelecendo-se como a principal gangue da instituição. A criação do PCC tinha como objetivo lutar contra a opressão prisional e vingar o massacre de Carandiru de 1992, onde 111 detentos foram mortos pela Polícia Militar. O símbolo escolhido por eles "yin-yang" representava seu equilíbrio entre o bem e o mal. No início, não havia um foco criminal específico para o grupo, e os membros contribuíam com mensalidades para sustentar a facção, sendo o recrutamento feito sem a necessidade de violência. (COUTINHO, 2019)

No ano de 2001, o PCC emergiu publicamente durante uma significativa rebelião no Complexo Penitenciário do Carandiru, que ecoou em mais 29 unidades prisionais. Mesmo com as autoridades anteriormente desconsiderando sua existência, a facção mostrou-se influente e poderosa não apenas em nível estadual, mas nacionalmente. Com um discurso que desafiava o sistema e clamava contra as injustiças nas cadeias do Brasil, reforçaram sua posição de poder (WAINER, 2019).



FIGURA 1.1: (PCC)

Alguns anos depois, em maio de 2006, o grupo desencadeou uma nova onda de revolta, desta vez declarando guerra à polícia. Rebeliões irromperam em quatro presídios ao mesmo tempo, resultando na morte de 59 agentes penitenciários. Este cenário alarmante levou São Paulo a decretar um toque de recolher diante da iminente ameaça de violência nas ruas. Em um período de 15 dias, 564 pessoas foram mortas e cerca de 90 ônibus foram incendiados. Essa crise não só teve enormes implicações sociais, mas também marcou uma transformação na facção sob a nova liderança de Marcos Willians Herbas Camacho, também conhecido como Marcola. A partir de então, a organização adotou uma abordagem menos política e mais voltada para o lucro. (WAINER, 2019).

A partir deste momento a expansão da facção em direção à fronteira intensificou-se, aproximando-se mais dos criminosos bolivianos e paraguaios. Esse movimento levou a distúrbios em prisões, particularmente em Dourados-MS, Corumbá-MS e Foz do Iguaçu-PR. A transnacionalização do PCC cresceu ao longo dos anos, com a mídia local frequentemente citando membros da facção presentes nos territórios paraguaio e boliviano. Esta penetração foi evidenciada pelo aumento das atividades criminosas em

áreas fronteiriças, como Corumbá, Cáceres e Ponta Porã, delineando rotas de tráfico (CAMPOS, 2019).

Diante desse alcance territorial foi constatado o aumento considerável nos índices de homicídios nesta região nos últimos anos, baseado no Atlas da Violência (IPEA, 2022). Corumbá (Mato Grosso do Sul) e Cáceres (Mato Grosso) são as maiores cidades dessa fronteira e também apresentam as maiores taxas de homicídios. Em destaque, Corumbá registrou uma variação de 19 homicídios em 2019 a um pico de 40 em 2018. Em contraste, as cidades de Assis Brasil e Epitaciolândia mostraram os menores índices entre 2009 e 2019, totalizando 23 e 38 assassinatos, respectivamente, ao longo desse período. Tais estatísticas ressaltam a importância de investigar a possível relação entre as áreas com altas taxas de homicídios e as principais rotas do narcotráfico. (FILHO, DA SILVA, DIAS, 2023).

Com relação ao Paraná, a crescente criminalidade ajudou a influenciar as prisões de fronteira no Paraguai, espalhando métodos do PCC e recrutando criminosos locais. Brasileiros associados ao PCC, quando encarcerados no Paraguai, fortaleceram a presença do grupo nas instituições penitenciárias. Contudo, muitos foram realocados para Assunção devido às políticas de segurança do governo paraguaio. As atividades criminosas do PCC no Paraguai evoluíram ao longo do tempo, passando da aquisição de armas e maconha e roubos de veículos para operações mais sofisticadas, sempre buscando evitar a jurisdição brasileira (CAMPOS, 2019).

2.4 - Atuação do PCC no narcotráfico internacional

A atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no exterior, especificamente no Paraguai se manifesta desde o fim dos anos 1990, época em que Beira Mar também iniciava suas operações no país. A expansão da facção nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul foi notória e rápida. Já nos primeiros anos dos anos 2000, a influência do PCC nesses estados tornou-se evidente, impulsionada, em grande parte, pela realocação de líderes do grupo para presídios nessas regiões (CAMPOS, 2019).

Na Bolívia, a expansão do PCC é caracterizada pela integração de criminosos dentro do sistema carcerário, resultando em operações gradativamente mais violentas e complexas no país. A reação a esta expansão tem sido amplamente repercutida na mídia, mobilizando a liderança da Segurança Pública boliviana. No entanto, o estabelecimento

inicial da facção na fronteira encontrou resistência significativa, especialmente em áreas chave como Pedro Juan Caballero, um hub central para narcóticos, e Ponta Porã-MS. (CAMPOS, 2019).

No ponto central desta dinâmica estava o narcotraficante Jorge Rafaat, uma figura criminal dominante na fronteira entre Brasil e Paraguai, amplamente conectado tanto em negócios quanto na política local. À medida que o PCC intensificava sua presença, Rafaat assumiu a responsabilidade de limitar a influência da facção, estabelecendo barreiras ao acesso a fornecedores de drogas e armas (CAMPOS, 2019).

Entretanto o marco inicial da atuação do PCC como cartel ocorreu com o confronto e eliminação de Rafaat em 2016. Esta fronteira é uma rota chave entre nações produtoras, como Bolívia e Venezuela, e os portos brasileiros. Estes portos, por sua vez, fornecem acesso logístico a países consumidores na Europa, no norte da África e nos Emirados Árabes.

A partir de 2017, observou-se um aumento significativo na participação de membros da facção na produção de drogas, tanto no Paraguai quanto na Bolívia, assim como no envio dessas substâncias para a Europa.

Apesar da facção Comando vermelho (CV) participar das transações ilícitas, envolvendo o narcotráfico, o Primeiro Comando da Capital (PCC) possui hegemonia neste mercado por sua capacidade de coordenar operações de tráfico em larga escala, envolvendo não apenas a importação, mas também a produção e distribuição de drogas dentro do território brasileiro, que antes era realizado por quadrilhas independentes e com menos ações violentas. (CAMPOS, 2019).

O Primeiro Comando da Capital, facção criminosa nascida em São Paulo, avança com ímpeto irrefreável por todo o território nacional e países vizinhos. (PEREZ, 2017)

Mesmo o PCC tendo controle do comércio, sua ação era regionalizada, manifestando-se em portos e aeroportos, através da influência sobre agentes públicos e entidades privadas. Em diversas ocasiões, esses grupos controlavam completamente o tráfego da droga no país, desde sua aquisição nas fronteiras até seu transporte via aérea e marítima. (ODILIA, 2018)

A participação das grandes facções criminosas era restrita a venda e participação nos lucros deste comércio, contudo o PCC alterou essa dinâmica, participando cada vez mais da comercialização de drogas para a Europa. (ODILIA, 2018)

Hoje, o PCC, atua como uma multinacional do crime, ostenta ganhos comparáveis às maiores empresas brasileiras, e conta com uma rede de lavagem de dinheiro elaborada e uma sólida estrutura organizacional, permitindo sua expansão e enriquecimento ao longo dos anos. Sua atuação se entrelaça com máfias internacionais, especialmente a italiana e a sérvia, em São Paulo, estabelecendo conexões vitais para facilitar transações e lavagem de dinheiro. Adicionalmente, há registros de membros do PCC atuando em países europeus como Espanha, Portugal e Suíça, ampliando sua rede de influência no crime global. (ODILA, 2018)

Capítulo 3- Desafios brasileiros no controle de acesso e comercialização dos entorpecentes;

3.1- Fronteiras

As fronteiras sempre foram pontos de atenção para os Estados nacionais. Com a globalização, elas se tornaram foco de muitos estudos que abordam questões como contrabando, biopirataria, tráfico humano e de órgãos, imigração ilegal e narcotráfico. Essas questões representam desafios à capacidade do Estado em regular e controlar atividades ilícitas dentro de suas fronteiras.

De acordo com Couto (2014), a fronteira não se limita apenas à demarcação estabelecida pelo Estado. É uma área de tensões e conflitos, marcada por interações sociais, políticas, econômicas e culturais. Seu caráter dinâmico faz dela um local estratégico para a expansão e interação entre povo.

No cenário atual de globalização e regionalização, a fronteira é vista como um canal fluido para o movimento de capitais, mercadorias, pessoas e informações, alternando entre abertura e restrição de certos fluxos. Esse espaço torna-se foco de atenção dos Estados nacionais, pois é frequentemente explorado pelo crime organizado para atividades ilegais, como o narcotráfico. Os avanços tecnológicos, facilitando a criação de novas drogas e o acesso à informação online, potencializam o crescimento dessa atividade ilícita (SANTANA, 1999).

As vias usadas para o tráfico de drogas frequentemente se alinham com rotas comerciais tradicionais, ligando áreas de produção aos mercados consumidores. Organizações criminosas estão constantemente procurando novas alternativas e caminhos que maximizem

as redes de transporte disponíveis, sejam elas terrestres, aéreas, marítimas ou fluviais. Estas rotas podem se alterar devido a conflitos entre atores variados, como facções criminosas, guerrilhas ou forças de segurança, todos tentando controlar a movimentação de drogas para seus próprios fins. Essas rotas têm um valor geoestratégico, sendo moldadas pela compreensão e análise do território. Com o tempo, a utilização e diversificação das rotas mudam, adaptando-se para assegurar a operação ininterrupta da rede de tráfico até seus pontos de venda (CDE, 2021).

Devido a isso, o narcotráfico representa uma ameaça transnacional à segurança territorial dos países, dada a forma como integra as ações geoestratégicas de grupos criminosos. Ao estabelecerem estratégias para a consolidação de redes ilícitas, esses grupos moldam territórios baseados na economia criminosa. (CDE, 2021).



Figura 1.2: (Mapa de rotas do tráfico de droga)

O mapa destaca os locais-chave de origem para maconha e cocaína, muitos dos quais são cidades gêmeas como Bonfim, Pacaraima, entre outras. Além disso, apresenta os destinos principais, que abrangem regiões internas como a área metropolitana do Distrito Federal e Manaus, bem como cidades costeiras como Fortaleza, Rio de Janeiro e Santos. Grandes apreensões de cocaína foram documentadas nessas áreas (CDE, 2021).

3.2- Rotas do Narcotráfico Boliviano – Acre

A Bolívia utiliza diversos pontos de entrada em sua fronteira com o Brasil para iniciar sua rota de escoamento de entorpecentes à países europeus.

Um dos estados Brasileiros utilizado pelos narcotraficantes bolivianos é o Acre, ocupando uma área de 164.221,4 km², é o 15º maior estado do Brasil. Ele representa 4% da Amazônia brasileira e 1,9% do território nacional. Situado no sudoeste da Amazônia, o Acre limita-se com os estados do Amazonas e Rondônia, além de fazer fronteira com dois países. Das 22 cidades do estado, 17 ficam na divisa com nações andinas, tendo uma fronteira de 618km com a Bolívia (MPAC, 2018).

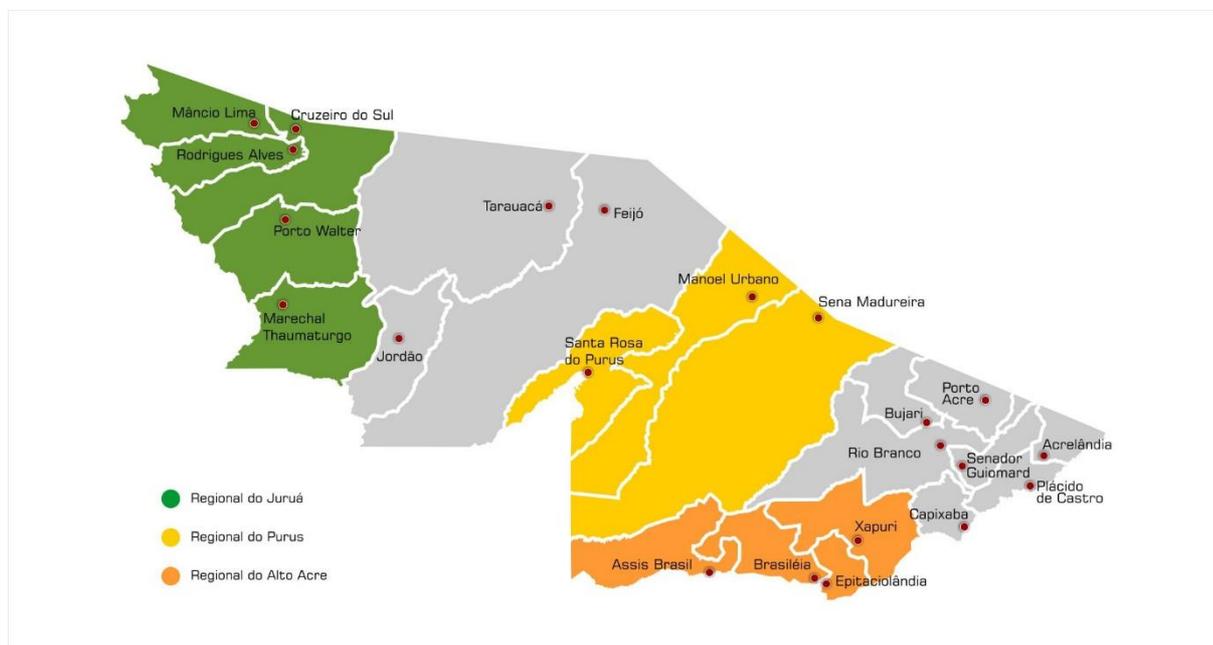


Figura 1.3: Mapa do Acre

A intrincada rede de rios, particularmente nas regiões do Alto Acre, Purus e Juruá, serve como principal via de entrada para traficantes provenientes de países vizinhos, com muitos rios nascendo na Bolívia ou no Peru. Como o Acre é o quarto estado da Amazônia Legal com maior conservação florestal, trilhas em áreas densamente florestadas e remotas facilitam a movimentação clandestina de pessoas, drogas e contrabando.

Esta configuração geográfica, somada a uma supervisão inadequada, desafia os órgãos de segurança locais no enfrentamento ao narcotráfico e outros crimes de fronteira. Traficantes penetram no estado, abastecem o mercado local e, em seguida, dispersam drogas para outras regiões brasileiras, posicionando o Acre como um corredor-chave no tráfico de

drogas (MPAC, 2018).

De acordo com o Ministério Público do Acre, a droga ingressa no estado através de rios, estradas, trilhas ou até mesmo por voos comerciais originados de cidades peruanas e bolivianas sem inspeção, especialmente pelas áreas do Juruá, Alto Acre e Purus.

Nas áreas do Alto e Baixo Acre, o caminho seguido pelos criminosos foi determinado a partir de dados coletados diretamente sobre as principais vias de tráfego de produtos ilícitos provenientes da Bolívia. Assim como em outras regiões, eles atravessam a floresta até alcançarem a rodovia BR-317.

Após entrarem no Acre, as drogas geralmente são direcionadas para metrópoles como Rio Branco, de onde são reencaminhadas para outras regiões do Brasil ou mesmo para destinos internacionais. A vastidão da área e as dificuldades de vigilância tornam atrativos os aeroportos secretos e pistas de pouso improvisadas em zonas rurais para o transporte de entorpecentes, usando aeronaves menores. É essencial entender que o Acre não é apenas uma via de passagem, mas também um local de consumo dessas substâncias. Sua localização geográfica próxima de países produtores e sua extensa topografia complexa tornam o combate ao narcotráfico desafiador. Com a dinâmica constante do tráfico ilícito, rotas podem se alterar em reação a iniciativas de autoridades ou mudanças no setor, exigindo atualizações frequentes das informações para representar a situação atual (MPAC, 2018).

3.3- Rotas do Narcotráfico Boliviano – Rondônia

Outro ponto de acesso ao Brasil é Rondônia, localizado na região norte do Brasil, possui uma extensão de 237.590 km². Deste total, 1.343 km são fronteirizos com a Bolívia, o que representa 7,95% de toda a fronteira nacional. A proximidade com a Bolívia, um país produtor de drogas, faz de Rondônia uma área sensível, sendo um potencial corredor para o tráfico de drogas e armas, o que eleva as preocupações de segurança pública.

Devido à sua localização estratégica, o estado registra uma alta incidência de crimes com caráter transnacional. É comum ocorrências de roubos e furtos de veículos, que posteriormente são levados para a Bolívia e trocados por drogas. Homicídios, muitas vezes resultantes de desavenças entre traficantes, contrabando e descaminho também são frequentes. Além disso, circulam informações sobre "pedidos" específicos de modelos e valores de veículos para serem furtados ou roubados no Brasil, conhecidos como "roubos por encomenda". As autoridades bolivianas, em algumas ocasiões, não exercem um controle

rigoroso sobre isso (LESSA, SILVA, 2015).

Entretanto, é importante ressaltar que o tráfico de drogas, diamantes e armas é a atividade ilegal predominante na região de fronteira do Estado. A competição pelo controle de áreas para distribuição e comercialização de drogas tem um impacto direto nas estatísticas de criminalidade da região (LESSA, SILVA, 2015).

É deduzível que Rondônia seja um ponto de trânsito para duas principais rotas de cocaína, as conexões Peru-Brasil e Bolívia-Brasil. A capital do estado, Porto Velho, experimentou um aumento populacional de cerca de 100 mil habitantes em uma década, conforme citado por IBGE em NEVES (2013). Esse rápido crescimento demográfico gerou desafios sociais significativos. Isso é evidenciado pela presença de áreas na cidade conhecidas como "cracolândias", conforme apontado por GONÇALVES em NEVES (2013), indicando que as drogas que circulam por esses corredores também encontram consumidores na região urbano (SOUZA, 2015)

De acordo com Delegado regional de narcóticos de Ariquemes – RO, Rodrigo camargo em entrevista a série Entrelobos do *streaming* Brasil Paralelo, as drogas provenientes do Acre e de Rondônia se direcionam a cidade de Ariquemes, tornando-os a primeira grande barreira para o narcotráfico, todavia relata a baixa de efetivo policial para essa tarefa e estrutura para o combate a esse crime, tendo apenas 1 agente na Delegacia de Narcóticos (DNARC). Relata também sobre as dificuldades de conter o percurso do entorpecente, uma vez que Rondônia é um estado produtor de grãos e com transportes de grande volume que seguem em direção aos sudoeste e toda essa estrutura logística e a deficiência são percebidos e utilizados pelos narcotraficantes para escoar não só as drogas, mas armas e qualquer outro contrabando para o centro do país e mercados internacionais.

Outro fator importante apontado pelo delegado é a ausência de investimento financeiro pelo governo federal, por não fazerem parte da estrutura fronteiriça e estarem afastados do eixo de fronteira, as ações que são desencadeadas na região são políticas da segurança pública da gestão da polícia civil, mesmo Ariquemes sendo o “gargalo” de toda a droga que não é retida na fronteira de Rondônia e Acre. Relata que há falhas na comunicação entre forças de segurança pública, baseando-se nas ações independentes e diferenciadas com que cada uma atua.

Discorre sobre a dificuldade na integração da comunicação entre as forças, e não só por escrito, mas por meio de rádios e outros equipamentos que sofrem interferência em decorrência do terreno com relevos, que impactam nos canais de rádios a serem utilizados

em cada localidade, sendo outro problema a legislação que possui procedimentos burocráticos no que concerne a ações de controle do tráfico, tal como a efetivação de um mandato de prisão de um foragido que foi para a Bolívia, que exige além do mandato uma carta rogatória.

"Carta Rogatória é o ato de solicitação do juiz de um Estado à justiça de outro, para que tenha efeitos no território estrangeiro algum ato seu, ou que algum ato se pratique, como parte da sequência de atos que é o processo. A citação, por exemplo, faz-se no Estado estrangeiro, mediante acolhida legislativa ou judicial do Estado estrangeiro; mas para figurar no processo como ato do juiz do Estado que rogou fosse feita" (Jusbrasil, 2015).

Além das rotas que levam a cidade de Ariquemes, os narcotraficantes aproveitam-se da região de floresta amazônica que faz parte do estado de Rondônia e do Acre para escoar as mercadorias ilícitas.

A região desempenha duas funções cruciais no cenário do narcotráfico. Primeiramente, devido à sua localização na fronteira com países tradicionalmente produtores de cocaína, como Bolívia, Colômbia e Peru, a região serve como uma entrada primária para drogas, especialmente a cocaína, destinadas aos mercados europeu e africano. Esta localização a torna um ponto importante para as operações do tráfico. Em segundo lugar, a Amazônia se destaca como um *hub* essencial no tráfico de cocaína. Além de ser uma rota primordial, tornou-se palco de operações e crescimento de facções criminosas. Grupos como Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN) competem pelo controle dessas rotas, como é o caso da rota fluvial do rio Solimões, atualmente sob domínio da FDN (COUTO, 2011).

Estudos prévios acerca dessas redes indicam que, nas últimas décadas, as entidades que tiveram sucesso ao utilizar a bacia amazônica sul-americana, tanto como uma unidade funcional quanto como uma região geográfica, foram principalmente aquelas envolvidas no comércio ilícito de drogas e contrabando de bens (MACHADO, 1998)

A Amazônia coloca o Brasil em evidência como uma rota de trânsito. Os rios da área são regularmente usados por embarcações carregadas de cocaína, prontas para consumo ou processamento. O controle rigoroso do tráfico nesta região é desafiado pela vasta e densa floresta, junto com uma população enfrentando desigualdade social, desapropriação e negligência estatal. Ademais, enormes lacunas demográficas são notadas nas fronteiras da Amazônia, especialmente perto dos principais produtores de coca. É nestes locais que

narcotraficantes estabelecem laboratórios para processar drogas e envolvem a população ribeirinha empobrecida em suas redes ilícitas. Para muitos, isso surge como uma oportunidade, levando alguns a atuarem como intermediários (ou "mulas"), fortalecendo assim a rede de tráfico e integrando-se ao sistema ilegal (COUTO,2011).

Além das vias fluviais, as redes ilícitas também empregam rotas aéreas e terrestres, evidenciando uma abordagem multimodal que é adaptativa em natureza, buscando evadir a fiscalização estatal (COUTO,2011).

Conforme Ishida (2006), neste vasto território de baixa densidade populacional, onde frequentemente a presença estatal é mínima ou até inexistente, observamos a atuação de grupos que se beneficiam da espessura da floresta para esconder diversas atividades ilícitas. Eles recorrem a rotas clandestinas, seja pelo ar, terra ou água, para movimentar drogas, contrabando, armas e munições;

Utilizando-se das características geográficas distintas da região, as redes ilícitas se organizam. A espessa floresta proporciona um refúgio para os transportadores de drogas, e em zonas de baixa densidade populacional, são estabelecidos aeroportos e portos clandestinos, frequentemente usados pelos traficantes (COUTO,2011).

Está-se de acordo com Castells (1996) ao observar que, nas últimas décadas, organizações criminosas têm crescentemente conduzido suas operações de maneira transnacional, beneficiando-se da globalização econômica e das inovações em comunicações e transportes.

Duas concepções parecem ser eternamente válidas para muitos setores que lidam com as políticas públicas dirigidas à Amazônia brasileira, a despeito de mudanças no contexto, no conteúdo e nas formas de uso do território. A primeira delas é conceber o território como espaço vazio e a segunda é conceber a região como sistema fechado pelos limites internacionais, o que do ponto de vista geográfico significa desvinculá-la da unidade maior formada pela bacia amazônica sul-americana (MACHADO, 2003, p. 1)

Ao avaliar a relevância da Amazônia no contexto global do tráfico de drogas e identificar os principais corredores de transporte relacionados ao circuito coca-cocaína, torna-se evidente a importância vital do rio Amazonas, que serve como uma crucial conexão entre o Atlântico e o Pacífico. Supõe-se que diversas cidades, não mencionadas, mas situadas ao longo deste rio, estejam direta ou indiretamente vinculadas às redes ilícita (COUTO, 2011)

3.4- Rotas do Narcotráfico Boliviano – Mato Grosso

No estado do Mato Grosso a cidade que faz fronteira com a Bolívia é Carceres, é a principal cidade mato-grossense abrangida pelo pantanal (Wikipedia)

Em setembro de 2021, em Cáceres, 1064 kg de substâncias ilícitas foram confiscados em um caminhão vindo da Bolívia carregado de gado. (G1, 2021). Entre 2019 e 2021, mais de 20 toneladas de drogas foram confiscadas na divisa entre Brasil e Bolívia.

De acordo com relatório da Secretaria de Segurança Pública do estado Mato Grosso, (SSPMT), a cocaína e seus subprodutos ingressam majoritariamente em nosso estado por meio de cidades bolivianas localizadas na fronteira, como San Matias, San Ignacio de Velasco, San Vicente, Las Petas, Ascencion e Barbicho. Essas localidades, além de serem pontos de tráfico, também recebem veículos roubados ou furtados no Brasil, que frequentemente são usados como moeda de troca para obter substâncias ilegais, em particular as drogas

Destaca que o Comando Vermelho - MT, é o principal agente por trás dos roubos de veículos com sequestro e cárcere de vítimas, encaminha esses automóveis à Bolívia. Em troca, recebem dinheiro, drogas, armas e munições que, ao retornar ao Brasil, reforçam a facção criminosa. Muitos traficantes menores aceitam drogas como pagamento por veículos roubados, e ao chegar ao Brasil, adulteram a substância para aumentar a lucratividade.

No Mato Grosso, apesar de o Comando Vermelho (CV) ser a facção criminosa dominante, o Primeiro Comando da Capital (PCC) também está ativo, usando a fronteira com a Bolívia para transportar grandes quantidades de drogas e armas (SSPMT, 2022).

Integrantes do PCC, em colaboração com colombianos, possuem diversos laboratórios na Bolívia para transformar pasta base em cloridrato de cocaína. Eles utilizam a fronteira mato-grossense para levar essa droga da Bolívia para o Brasil, visando abastecer o mercado nacional e exportar para Europa, Ásia e África, majoritariamente pelo Porto de Santos/SP (SSPMT, 2022).

Os métodos de contrabando usados no tráfico de armas e munições são similares aos do tráfico de drogas. Isso porque as armas oriundas do país vizinho frequentemente servem para proteger a carga de drogas, defendendo-se de potenciais roubos por grupos chamados "arrochadores" (indivíduos ou grupos que roubam cargas de drogas de outros traficantes) (SSPMT, 2022).

Para transportar grandes quantidades de drogas, grupos criminosos frequentemente

optam pelo tráfico aéreo, seja através de lançamentos ou pouso de aeronaves em pistas clandestinas em fazendas na fronteira. Eles desembolsam de R\$ 50.000,00 a R\$ 80.000,00 por viagem. Porém, para destinos mais distantes em Mato Grosso, o custo varia de R\$ 150.000,00 a R\$ 200.000,00 (SSPMT, 2022).

Por meio terrestre, as principais rotas utilizadas incluem a BR 070 (ligando Cáceres/MT a San Mathias/BO), MT 265 (em Porto Esperidião/MT), MT 473 (na região do Matão em Pontes e Lacerda/MT), MT 199 (em Vila Bela da Santíssima Trindade/MT (SSPMT, 2022).

3.5- Rotas do Narcotráfico Boliviano –Mato Grosso do sul

Corumbá, localizada na Região Centro-Oeste do Brasil, é o município mais antigo do estado de Mato Grosso do Sul. Integrante da Mesorregião dos Pantanaís Sul-MatoGrossenses e da Microrregião do Baixo Pantanal, é reconhecida como a principal cidade pantaneira. Sua posição estratégica, no passado, facilitou a importação de mercadorias europeias. Situa-se após a serra de Albuquerque, que marca o término do Pantanal ao sul, e está no segmento mais navegável do Rio Paraguai para embarcações de grande porte. Aninhada à margem do Pantanal, Corumbá experimentou um crescimento acelerado e próspero no final do século 19 e início do século 20, período em que a borracha amazônica também começou a ser exportado (GARCIA, 2016).

A cidade serviu como um relevante ponto fluvial entre os municípios de Cuiabá e Cáceres, ambos centros fluviais de destaque na região. Houve um período em que a única via de acesso a Corumbá era o rio. Esses elementos influenciaram a decisão de, por um tempo, situar o parlamento estadual em Corumbá. Por um triz, a cidade quase se tornou a capital do estado (GARCIA, 2016).

Reconhecida como uma das principais cidades do Centro-Oeste brasileiro, representa o principal ponto de ingresso de imigrantes bolivianos no Brasil. Essa rota migratória também é explorada pelo narcotráfico. Importante salientar que a intensa interação na fronteira potencializa tanto atividades legais quanto ilegais. Quando se trata de criminalidade nessa região limítrofe entre Brasil e Bolívia, o tráfico de drogas emerge como uma das principais questões. (COSTA E OLIVEIRA, 2014).

A entrada de drogas em Corumbá costuma acontecer por meio de um esquema que envolve “passadores” (quem atravessa as drogas da Bolívia para o Brasil) e “bocas” (pequenos comércios que recebem as drogas no Brasil e as vendem em quantidades

menores), todavia essa organização pode ser alterada de acordo com o tipo de comércio, sendo eles no varejo ou atacado, Sendo esse último dividido em duas categorias: consórcio e passanaco (COSTA E OLIVEIRA, 2014).

Na fronteira entre Corumbá e Puerto Quijarro, diversos varejistas brasileiros mantêm relações diretas com contatos bolivianos, eliminando a necessidade de intermediários ou atacadistas brasileiros. Em algumas situações, a relação entre o varejista e o atacadista boliviano é tão estreita que o próprio atacadista realiza o transporte da droga sem a intervenção de terceiros (COSTA E OLIVEIRA, 2014).

O ponto mais visível que demarca os limites fronteiriços de Corumbá é a aduana da Receita Federal. Lá ocorrem verificações, mas raras vezes são apreendidas drogas ilícitas. Comumente, o que se nota é a retenção de produtos que ultrapassam a cota permitida, como roupas, bebidas e pneus de caminhões. Dessa forma, as drogas frequentemente entram em Corumbá e Ladário com relativa facilidade. O verdadeiro monitoramento das forças policiais ocorre na saída de Corumbá, na BR-262, no posto policial apelidado de “Lampião Aceso”. É nesse ponto que os limites do Estado são realmente patrulhados em relação a esse comércio ilegal. Usualmente, é lá que os "mulas" (pessoas que transportam drogas de Corumbá para outras regiões do Brasil) são detidos (COSTA E OLIVEIRA, 2014).

Para além do ponto reconhecível da aduana da Receita Federal, existem várias estradas secundárias, conhecidas como cabriteiras, que facilitam a entrada de drogas e armas no Brasil. Perto da aduana, havia a notória "trilha do gaúcho", que era usada diariamente por um grande número de pessoas e servia também como rota para mercadorias ilegais, favorecendo a movimentação daqueles envolvidos com contrabando de vestuário ou tráfico de drogas. Recentemente, essa trilha foi interdita pelo Exército, em resposta a reportagens televisivas, dado que se localiza em território militar (COSTA E OLIVEIRA, 2014).

É relevante mencionar que as estratégias para o transporte de drogas na fronteira são frequentemente alteradas, respondendo à fiscalização da Receita Federal e da polícia. Muitos dos traficantes da região preferem comprar as substâncias de fornecedores situados no lado brasileiro, sobretudo pela flexibilidade em adquirir menores quantidades. Na Bolívia, substâncias como pasta base e cocaína são comercializadas em lotes a partir de 250g, enquanto no Brasil, as quantidades podem ser tão pequenas quanto 10g. Essa diferença beneficia os revendedores de menor porte e facilita a ocultação da droga durante inspeções policiais. Por conta disso, muitos desses comerciantes realizam aquisições múltiplas ao longo do dia, atendendo à necessidade do momento (COSTA E OLIVEIRA,

2014).

O tráfico em grande escala em Corumbá é sustentado por financiadores que respaldam remessas para além da fronteira, sem ter uma ligação direta com as organizações de tráfico. Exploraremos dois mecanismos associados ao transporte de drogas, tanto do lado brasileiro quanto do boliviano. A partir desse exame, torna-se evidente que uma série desses patrocinadores, distanciados do crime local, atua discretamente, mantendo-se afastados da visão de autoridades e da sociedade. Em muitos desses cenários, esses indivíduos funcionam como investidores eventuais, usando uma porção de seus recursos para aumentar seus ganhos, ao financiar a compra de pasta base, sem um vínculo direto e permanente com as redes de tráfico (COSTA E OLIVEIRA, 2014).

Como já citado, o tráfico atacadista pode utilizar o esquema de consórcio, que é uma estratégia estabelecida quando há demanda de recursos para comprar uma quantidade substancial de pasta base ou cocaína na Bolívia. Esse método reúne diversos participantes que, ao final, compartilharão os lucros de maneira equitativa ou conforme acordado. Geralmente, cada integrante contribui com um montante pré-definido, muitas vezes equivalente a 1kg. Cada membro do consórcio assume seu risco isoladamente, arcando com as perdas se a mercadoria for confiscada (COSTA E OLIVEIRA, 2014).

Esse modelo, em sua essência, necessita da colaboração de atacadistas e traficantes relacionados ao submundo do crime para efetuar o transporte e a comercialização da substância. Em esquemas assim, ao menos um integrante deve manter contato direto com os distribuidores, servindo como ponto de ligação. Os participantes só veem seu retorno financeiro quando a mercadoria alcança o ponto de venda final, implicando em relações com negociantes nessas áreas de destino. É notório que nem todos os membros têm pleno conhecimento sobre todos os aspectos ou sobre todos os outros envolvidos, o que oferece um nível adicional de discrição diante de potenciais ações policiais (COSTA E OLIVEIRA, 2014).

Outra forma de contrabando é o "passanaco", uma modalidade que tem similaridades com o consórcio, porém é majoritariamente instaurado por bolivianos em Corumbá e cidades vizinhas, como Puerto Quijarro e Puerto Suarez. Diferindo do consórcio, no qual os lucros são compartilhados, no "passanaco" os ganhos de cada remessa são atribuídos a um participante de cada vez. O sistema funciona com base na colaboração: diversos membros depositam, todo mês, uma quantia específica de droga, planejada para ser posteriormente transferida ao Brasil. Tomando como exemplo um conjunto de cinco pessoas, se cada uma

contribui com um quilo mensal, ao final de três meses, haverá um total de 15kg prontos para transporte. Quando essa carga é enviada e chega ao seu ponto de venda no Brasil, o lucro vai para o primeiro participante da sequência, conforme determinado previamente. Esse ciclo se repete até que todos no agrupamento tenham beneficiado de seus respectivos retornos (COSTA E OLIVEIRA, 2014).

O consórcio e o passanaco operam na fronteira Brasil-Bolívia, beneficiando atores "invisíveis" nas operações de tráfico. Esses esquemas realçam características culturais únicas e complexas redes de distribuição. Diferem do comércio local por manusearem grandes quantidades e terem uma vasta cadeia de colaboradores, desde a produção em território boliviano até a distribuição nas cidades brasileiras. Os participantes evitam identificação como traficantes, mantendo suas atividades em sigilo e evitando confronto com a polícia. Esses mecanismos preenchem lacunas financeiras, garantem a circulação de drogas dentro do Brasil e impactam a economia local, mantendo os envolvidos protegidos e invisíveis (OLIVEIRA, 2013).

O narcotráfico oriundo da Bolívia não se restringe apenas aos estados fronteiriços com o Brasil; ele também se vale de rotas que atravessam nações vizinhas antes de entrar em território brasileiro. Em reportagem do programa Câmera Record, exibida pela Rede Record de televisão, mostrou que as drogas transitam pelo Paraguai, ingressando no Brasil pelo Paraná, seguindo pelas rodovias BR-277, BR-369 e BR-163, com destinos focados, sobretudo, na região sudeste.

A pasta básica que entra ou que é processada no Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás, segue para as cidades do interior de São Paulo e de Minas Gerais, antes de ser embarcada em portos marítimos dos Estados do Paraná, São Paulo e Espírito Santo. Esta rota recebeu o nome de "rota caipira", por seu caráter interiorano. Ela tem sido usada também para o estoque da cocaína (FILHO e VAZ, 1997).

3.6 - Rota marítima – O porto de Santos

O Brasil possui 36 portos marítimos, sendo o de Santos o mais proeminente e o maior da América Latina. Localizado em São Paulo, abrange os municípios de Santos, Guarujá e Cubatão, situados no principal polo produtor e consumidor da América Latina. O porto ocupa uma área de 7,8 milhões de m², com canal de 30 km e 16 km de cais. Ele conecta diversos modais, como rodoviário, ferroviário e dutoviário. Diariamente, circulam em média

sete mil contêineres, dez mil caminhões e 1.200 vagões de trem. Em 2020, movimentou 146,6 milhões de toneladas, representando mais de 25% da balança comercial brasileira (PINHO E PATRIARCA, 2021).

A intensa movimentação no porto torna-o vulnerável a crimes, especialmente furtos e roubos de cargas, seja durante o transporte até o porto ou após estarem armazenadas nos terminais. Quando ocorrem em navios, são frequentemente rotuladas como "pirataria". Embora a ocorrência desses crimes tenha diminuído, observa-se que indivíduos anteriormente envolvidos nesses delitos possivelmente migraram para atividades ligadas ao tráfico (PINHO E PATRIARCA, 2021).

Os portos desempenham um papel crucial para os mercados ilegais internacionais. Diversos produtos contrabandeados e ilícitos passam por eles, sendo as drogas o exemplo mais emblemático. Segundo a UNODC (2011; 2019), aproximadamente 60% das apreensões de cocaína no mundo na década de 2000 ocorreram em portos ou áreas marítimas, tendência que continua atualmente, variando em intensidade (PINHO E PATRIARCA, 2021).

O Brasil tem uma posição estratégica na "geopolítica da cocaína" (SAVIANO, 2015). Serve como o principal ponto de transição para a cocaína produzida nos países andinos a caminho da Europa (UNODC, 2019).

De acordo com dados analisados por RODRIGUES E ESTEVES (2018), houve um aumento significativo nas apreensões de drogas no porto de Santos, saltando de 10 mil toneladas em 2016 para 27 mil toneladas no ano de 2019, confirmando o porto de Santos como ponto logístico mais importante dessa exportação. Contudo é difícil afirmar a quantidade de entorpecentes que passam pelo Porto, porquanto apenas uma fração da drogas é interceptada antes do seu destino final.

No porto de Santos, a técnica mais utilizada é a chamada rip-on/rip-off, onde drogas ou outros itens ilícitos são inseridos em contêineres contendo mercadorias legais, tudo isso sem o conhecimento dos importadores e exportadores. No país de origem, um contêiner selecionado é violado e sacolas cheias de tabletes de cocaína são ocultadas nele. Já no país de destino, indivíduos encarregados extraem as drogas do contêiner antes das mercadorias legais serem descarregadas (ESKI; BUIJT, 2017).

A aplicação de rip-on/rip-off necessitam da cooperação de trabalhadores do porto ou de outros profissionais com acesso às estruturas e contêineres. Já a técnica do içamento demanda a participação de membros da tripulação para elevar a droga até o convés das

embarcações (ABREU, 2021). Em alguns casos, funcionários das empresas e trabalhadores do porto colaboram apenas fornecendo informações privilegiadas (PINHO E PATRIARCA, 2021).

Essa técnica envolve a cooptação de trabalhadores e funcionários com acesso aos contêineres para inserir drogas, enquanto o içamento necessita da ajuda de tripulantes. Investigações recentes revelaram a ligação do PCC nesses esquemas, muitas vezes subornando ou ameaçando funcionários para garantir o embarque da droga (ABREU, 2021). Em certas situações, profissionais apenas fornecem informações internas, enquanto em outras, influenciam diretamente nas operações dos scanners, destacando a vulnerabilidade humana no processo.

Outro método envolve a colaboração direta de importadores ou exportadores. Existem empresas que são estabelecidas especificamente como fachadas para o comércio de produtos legítimos com cocaína escondida. Um exemplo de 2009, mencionado por Abreu (2018), envolve uma exportadora de frutas que preparou documentação para o envio de cocaína escondida em latas de pêssegos, sob a marca "Delícias da Vovó". Há também registros de cocaína escondida em estômagos de bovinos, portas, pedras, granitos e até equipamentos industriais, como válvulas de usinas hidrelétricas ou tratores (ABREU, 2018; 2021).

Uma das grandes dificuldades na fiscalização é conhecer a logística empregada pelos traficantes, vista que há constante mudanças em suas ações.

uma característica fundamental das técnicas, utilizadas pelas organizações criminosas em suas ações de tráfico. A referida característica é a "criatividade", isto é, novas técnicas são descobertas pelas autoridades policiais a todo o momento, o que, de certa forma, demonstrar quanto a polícia não pode recrudescer no combate a esse crime, pois, apesar de conhecer o "modus operandi", os traficantes estão sempre dispostos a "inovar" em suas práticas delituosas. Do ponto de vista operacional, é comum a utilização da carga, do contêiner e dos navios, como meios para transportar os entorpecentes (BONATTO apud MCNICHOLAS, 2008).

De acordo com o professor Dr. Heitor Bonatto, apesar de ameaças à segurança da cadeia de suprimentos internacional não ser uma de suas especialidades, a literatura aponta como principais táticas as descritas abaixo:

- Utilização de "mulas", ou seja, pessoas encarregadas de transportar a droga para dentro dos navios;

- Esconder a droga dentro dos próprios produtos que serão transportados;
- Compartimentos secretos, mediante a montagem de paredes, tetos e pisos falsos nos contêineres;
- Próprio navio, já que este tem inúmeros lugares ou compartimentos à disposição, como a casa de máquinas, os botes auxiliares e, até mesmo, os espaços destinados à tripulação
- Uso de "compartimentos externos" acoplados ao casco do navio, conhecidos como "torpedos".
- Entregadores de drogas” (entrada de pessoas a bordo com ou sem a conivência da tripulação);
- Aquisição de navios (relativamente nova e mais complexa já que exige altos investimentos e tripulação especializada); (RODRIGUES E ESTEVES, 2018)

Nos últimos anos, os portos emergiram como áreas relevantes para investigações sobre segurança e vigilância, atraindo interesse de diversas disciplinas (DINCHEL; EASTON, 2020; PATRIARCA, 2021). A segurança portuária desafia as clássicas dicotomias, como as de público versus privado, formal versus informal, e local versus global, bem como distinções entre níveis de policiamento, frequentemente abordadas em estudos do setor (PINHO E PATRIARCA, 2021).

A complexidade da segurança nos portos reflete as particularidades desses espaços de fronteira e o modelo de gestão, chamado de landlord. O Porto de Santos, por exemplo, está localizado em uma área federal administrada pela Santos Port Authority (SPA), uma empresa pública. Embora esteja dentro dos limites municipais, a movimentação de cargas é executada por empresas privadas que arrendam partes da área federal ou operam sob autorização. A SPA mantém sua própria força de segurança, a Guarda Portuária, enquanto cada terminal é responsável pela segurança em suas instalações. Diversos atores estão envolvidos, com diferentes prerrogativas e jurisdições, tornando a gestão de segurança portuária altamente complexa (PINHO E PATRIARCA, 2021)

Diversas forças atuam na segurança dos portos, abrangendo polícias municipais, estaduais e federais, autoridades aduaneiras, agências reguladoras e forças específicas portuárias (SCIASCIA, 2013; SERGI, 2020).

Além disso, forças militares também mantêm bases operacionais nesses locais. Entretanto, muitos desses atores, como as alfândegas, que têm papel crucial no controle de mobilidades, são frequentemente subestimados ou não reconhecidos em sua importância

para a segurança portuária e são muitas vezes negligenciados em estudos acadêmicos (BOWLING; SHEPTYCKI, 2012 apud PINHO E PATRIARCA, 2021)

As forças navais, alfândegas e guardas costeiros atuam constantemente para combater ameaças que comprometem a ordem marítima. Muitos navios transportam cargas que podem colocar essa ordem em risco. Algumas dessas ameaças são deliberadas, como tráfico de pessoas, drogas e armas. Outros desafios incluem roubo de cargas e ataques a embarcações, assemelhando-se a uma forma de pirataria interna (RODRIGUES E ESTEVES, 2018)

A fiscalização também é realizada por empresas privadas e as discrepâncias entre entidades públicas e privadas resultam em objetivos por vezes divergentes. A segurança portuária ilustra um equilíbrio delicado, típico de zonas fronteiriças, onde a necessidade de controle e inspeção colide com interesses econômicos que exigem agilidade no fluxo de pessoas e mercadorias. É um desafio harmonizar objetivos simultâneos, mas opostos, de facilitação e maximização versus interceptação e regulamentação. Conforme relato de um representante da Alfândega, por exemplo, inspeções em contêineres, embora essenciais, são frequentemente criticadas por empresas exportadoras devido ao atraso e custos adicionais que causam (PINHO E PATRIARCA, 2021).

Em resumo, o Porto de Santos consolidou-se como um eixo estratégico para a exportação de cocaína, impulsionando a presença do PCC (Primeiro Comando da Capital) no mercado de atacado e sua expansão para além das fronteiras nacionais (PINHO E PATRIARCA, 2021).

Considerações Finais

Diante dos dados e informações bibliográficas expostos neste trabalho podemos destacar alguns pontos importantes no âmbito o narcotráfico mundial de cocaína, envolvendo os países Brasil e Bolívia.

Inicialmente é importante desassociar a cocaína da folha de coca, uma vez que o plantio e a utilização da folha é cultural e histórico para os bolivianos, que costumam consumi-la em natura e conforme apresentado no texto, é motivo de muita repressão, que fez com que por anos houvesse grandes esforços realizados, principalmente presidente Evo Morales, para a conscientização da desassociação da folha de coca dos produtos ilícitos derivados dela.

Cabe ressaltar que a cocaína é resultado de uma mistura de uma quantidade variada de

substâncias que também possui a folha de coca em sua composição, mas não exclusivamente.

Todavia não se pode negar que a crise econômica vivida por décadas pela Bolívia, promoveu o movimento de êxodo urbano, nos quais os mineradores migraram das cidades para as regiões cocaleiras. Essa macrocefalia rural cooperou com a expansão da área de plantio, que apesar de terem delimitações estabelecidas, o controle fiscal não se mostrou eficiente e a capacidade reduzida de movimentar a economia interna com o comércio proeminente das folhas de coca colaboram com o narcotráfico, que absorve a maior parte da colheita para usos ilícitos.

Outro ponto importante é a participação de facções criminosas brasileiras na produção, comércio e transporte da cocaína para a Europa e África, principalmente do Primeiro Comando da Capital, que auxilia o processo de escoamento, estabelecendo diversos esquemas para o trajeto dos entorpecentes.

As rotas são variadas e podem ser aéreas, fluviais/marítimas e terrestres e são escolhidas de acordo com a região de entrada das drogas. O Brasil possui 4 estados que fazem fronteira direta com a Bolívia, porém os traficantes bolivianos também iniciam seu trajeto por meio do país vizinho, como Paraguai até a entrada no Brasil por um estado ou região que seja mais complexo a para fiscalização brasileira.

Os narcotraficantes transitam por estradas secundárias, aeroportos clandestinos e ainda contam com o auxílio de agentes de segurança aliciado ou ameaçados para colaborar neste processo. Escondem as cargas em meio a produtos lícitos como em grandes cargas de grãos e containers e ainda criam mecanismos estratégicos como a criação de empresas de fachada para a exportação.

Apesar de haver incentivo fiscal para a fiscalização fronteiriça, as cargas de entorpecentes que conseguem passar chegam em cidades que possuem baixo efetivo policial, como o caso da cidade Ariquemes em Rondônia, que é ponto de chegada de drogas tanto do seu estado quanto do Acre e conta apenas com 1 policial especializado em Narcóticos. Outra questão dissertada é a falha na integração das informações entre as forças de segurança, que não é só sistêmica, mas também geográfica, considerando o território nacional que faz com que as localidades precisem utilizar diferentes canais de rádio, impossibilitando a comunicação direta. Além das questões jurídicas que dificultam a detenção de criminosos que evadiram-se para a Bolívia.

Há também as dificuldades que envolvem a fiscalização aduaneira, principalmente no

Porto de Santos, sendo ele o maior e mais importante da América Latina, apesar de possuir diferentes esferas de policiamento e fiscalização, tanto públicas quanto privadas, abarca desafios na desarticulação do tráfico de drogas internacional em detrimento da grande movimentação de cargas diária, participação dos próprios agentes de controle de cargas no esquema de tráfico, a criatividade e variação de estratégias aplicadas pelos narcotraficantes para o escoamento dos entorpecentes para a Europa e África entre outros pontos discorridos no texto.

Diante disso, constata-se que a luta contra o tráfico de drogas deve ser abordada de forma abrangente, considerando não apenas as fronteiras terrestres, mas também portos e aeroportos. É essencial a implementação de políticas públicas robustas, baseadas na cooperação de longo prazo no que concerne a investimento financeiro e efetivo humano, investimentos em tecnologia e integração de informações, visto que o crime organizado explora as lacunas deixadas pelo Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. Cocaína – a rota caipira: o narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil. 3º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ABREU, A. Cabeça Branca: a caçada ao maior narcotraficante do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2021.

ANDRADE, Everaldo: Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea. Revista Caderno de Ciências Sociais, vol. 3, fundação ABC, p. (91-133), 2012.

BETHELLI, Leslie. História da América Latina, vol. 6, São Paulo: Arquivo do estado, 2008.

BONATTO, Heitor. "Segurança na cadeia de suprimentos internacional: protocolo de gestão de risco para o transporte marítimo de cargas less than container load."(2016)

BORGES, Beatriz. Brasil, a principal rota do tráfico de cocaína na América Latina. El País, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/21/politica/1411333264_428018.html. Acesso em: 09/06/2023.

BRASIL PARALELO. Entre lobos. Entrevista com Delegado Rodrigo Camargo. [Série de streaming]. 2022.

Carta Rogatória e o cumprimento de atos estrangeiros no Brasil. (2015). Jusbrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/carta-rogoria-e-o-cumprimento-de-atos-estrangeiros-no-brasil/181259748>. Acesso em: 30/09/2023.

CASTELLS, M. Fim do milênio. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CASTILHO, Eduardo. Fronteiras Terrestres. FUNAG. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-e-informacao/fronteiras-terrestres-brasil-13052015.pdf>. Acesso em: 17/07/2023.

CANO, Wilson. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: editora Unesp, 1999.

CHAVES, Daniel A crise de fim de século na Bolívia. A ascensão contemporânea da plurinacionalidade no contexto andino- amazônico. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 6, n. 174, p. (202 - 57). set./dez. 2014.

Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE). (2021, dezembro). *Estudo estratégico - COVID-19 e o tráfico de drogas no Brasil: A adaptação do crime organizado e atuação de forças policiais na pandemia*. Disponível em: http://www.tjmt.jus.br/INTRANET.ARQ/CMS/GrupoPaginas/105/974/ESTUDO_ESTRAT%C3%89GICO_-_CdE.pdf

COUTO, Aiala C. de O. Um problema de fronteiras: a Amazônia no contexto das redes ilegais do narcotráfico. Revista Perspectiva Geográfica. Vol 6.nº 7. 2011. UNIOESTE. Mar. Cândido Rondon/PR. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9165>. Acesso 29/09/2023;

CONSUL, Naiane. Tráfico internacional de armas na fronteira Brasil/Bolívia: dinâmicas de insegurança regional e o posicionamento brasileiro. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135689/334842.pdf>. Acesso em 15/07/2023.

COSTA, Gustavo Villela Lima da, e Oliveira, GIOVANNI França. "Esquemas de fronteira em Corumbá (MS): Negócios além do legal e do ilegal." DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 7, no. 2, ABR/MAI/JUN 2014, pp. 207-232.

COSTA, Gustavo: Governamentalidade e Soberania na Fronteira Brasil-Bolívia: Segurança Nacional e Saúde Pública como Dispositivos de Poder. Revista Dados 61 nº 2 de 2018.vp.

COUTINHO, Leonardo. "As várias faces do PCC: a origem e evolução da maior organização criminosa do Brasil". *O Estado de S.Paulo*, ed. 3 de maio de 2019. Disponível em:

<https://estadodaarte.estadao.com.br/as-varias-faces-do-pcc-a-origem-e-evolucao-da-maior-organizacao-criminosa-do-brasil/> . acesso em 10/09/2023.

DECRETO Nº 54.216, de 27 de agosto de 1964, Convenção Única sobre Entorpecentes. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1964/d54216.html. Acesso em: 15/07/2023.

DUNKERLEY, James. *Rebellion en las venas- la lucha politica en Bolivia 1952-1982*, La Paz, Ed. Quipus, 1987, 328p.

ESKI, Yarin; BUIJT, Romano. Dockers in drugs: policing the illegal drug trade and port employee corruption in the port of Rotterdam. *Policing*, v. 11, n. 4, p. 371-386, 2017.

FELIPE, Leandra. Brasil é principal rota de saída da cocaína da Bolívia. *BBC News Brasil*, 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/06/110531_bolivia_cocaina_lf. Acesso em 11/06/2023.

FILHO, Camilo. et al. A questão das drogas, o proibicionismo e o combate ao narcotráfico na América do Sul: Impactos na fronteira do Brasil com Paraguai e Bolívia.

FILHO, Argemiro Procópio., & VAZ, Alcides Costa). O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mhDdvn6Mgkrqtyyy9bLrdmg/>. Acesso em: 29/09/2023

GARCIA, Lucilene Machado. Considerações sobre a fronteira Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul. *Revista GeoPantanal, UFMS/AGB, Corumbá/MS*, n. 21, p. 171-180, jul./dez. 2016

GLOBAL FINANCIAL INTEGRITY. *Transnational Crime and the Developing World: channing may*. Washington, DC: Global Financial Integrity, 2017. Disponível em: https://secureservercdn.net/45.40.149.159/34n.8bd.myftpupload.com/wp-content/uploads/2017/03/Transnational_Crime-final.pdf. Acesso em: 17/07/2023.

Governo do Estado de Mato Grosso. **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA**

PÚBLICA. Relatório Técnico nº 011/NI/GEFRON – 01/08/2022. Assunto: Precificação de entorpecentes.

GUIMARÃES, Juan. O crime organizado na fronteira do Brasil. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crime-organizado-na-fronteira/>. Acesso em: 13/06/2023.

GUZMÁN, Augusto Historia de Bolívia. La Paz/Cochabamba: Editorial "Los amigos dei libro", 1973.

HAJJAR, Jamil. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional: e a internacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC). Florianópolis. p.(1-78), 2022.

International Police Association. O Primeiro Comando da Capital - PCC. Disponível em: <https://www.ipa-brasil.org/-/o-primeiro-comando-da-capital-pcc> . Acesso em: 10/09/2023

KAWAGUTI, Luis. A rota marítima da cocaína. "Pescaria de drogas" no mar e corrupção em terra: as táticas do crime para levar narcóticos para a Europa. UOL notícias. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/a-rota-maritima-da-cocaina.htm#a-rota-da-droga?cmpid>. Acesso em: 09/06/2023.

KARAM, Maria Lúcia. Drogas: legislação brasileira e violações a direitos fundamentais. Disponível em: https://app.uff.br/slab/uploads/drogas_legisla%C3%A7%C3%A3o_brasileira_e_viola%C3%A7%C3%B5es_a_direitos_fundamentais.html. Acesso em: 17/09/2023.

KLEIN, Herbert. Historia General de Bolívia, La Paz: Juventud, 1982, 361p.

LABROUSSE, Alain. Geopolítica das drogas. São Paulo: Desatino, 2010.

LESSA, Sávio Antiógenes Borges; SILVA, Layde Lana Borges da. Os organismos de Segurança pública do estado de Rondônia e o combate aos crimes transnacionais. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/LESSA-SILVA-OS-ORGANISMOS-DE-SEGURAN%C3%87A-P%C3%9ABLICA-DO-ESTADO-DE->

ROND% C3% 94NIA-E-O-COMBATE-AOS-CRIMES-TRANSNACIONAIS.pdf. Acesso em: 02/10/2023.

LORA, Guillermo. Historia del Movimiento Obrero Boliviano, tomo I 1848 - 1900, tomo II 1900 -1923, tomo MI 1923 - 1933, Cochabamba.

MACHADO. L. O. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, I. et al. (org). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, María Laura (org.). Continente em chamas: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 243-284.

MAISSONAVE, Fabiano; ALMEIDA, Lalo. Bolívia, Controle da área cultivada, Política implantada sob Evo Morales legaliza plantio de folha destinada à cocaína; resultados, porém, são melhores do que no Peru e na Colômbia, onde produção cresce apesar de políticas linha-dura apoiadas pelos EUA. Folha, 2020. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/bolivia/controle-da-area-cultivada/>. Acesso em: 20/07/2023.

MALLOY, James. Bolivia: la revolución inconclusa, La Paz, CERES, 1989, 536p

MP MONITORA FRONTEIRAS: os caminhos da droga que sai do Peru e Bolívia até chegar ao AC. O Alto Acre, 2018. Disponível em: <https://oaltoacre.com/mp-monitora-fronteiras-os-caminhos-da-droga-que-sai-do-peru-e-bolivia-ate-chegar-ao-ac/>. Acesso em: 03/10/2023.

MARIZ, Renata. Entrada liberada pelas fronteiras. *Correio Braziliense*, Brasil, p. 7, 25 nov. 2009.

C

ODILIA, F. PCC “batiza” estrangeiros no grupo de olho na expansão do tráfico de drogas na Europa. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44857777> . Acesso em:

10/09/2023.

OLIVEIRA, Giovanni. O Bazar Corumbaense – Análise das relações sociais que se estabelecem a partir do comércio de drogas ilegais na cidade de Corumbá fronteira com a Bolívia. *Tempos Históricos*. Vol 25, n° 1, p.(256-285), abril, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8886231>. Acesso em: 17/07/2023.

Pinho, I. V., & Patriarca, G. (2021). *Fronteiras porosas: crime e policiamento nos portos brasileiros*. Apresentado no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, 12 a 17 de julho de 2021, UFPA – Belém, PA. GT 02 - Controle social, crime e punição.

Rodovias no Paraná formam principal rota de drogas que saem da Bolívia. (2020). In *Câmera Record* [Programa de televisão]. São Paulo: Rede Record de Televisão.

RODRIGUES, Letícia Fernanda de Souza; ESTEVES, Érico Duarte. Tráfico de drogas nos Portos brasileiros: uma nova dinâmica dos cartéis latino-americanos. Disponível em: https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535678542_ARQUIVO_NARCOS_URABED.pdf. Acesso em: 07/10/2023.

SÁ, B. Quilo da Cocaína custa R\$ 5 mil em Cáceres. Disponível em: http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=44566¬icia=quilo_da_cocai. Acesso em: 10/09/2023.

SANDERSON, Ubiratan. É preciso fiscalização nas porteiras para reestabelecer a paz social. *Consultor Jurídico*, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-jun-19/sanderson-preciso-fiscalizar-fronteiras-restabelecer-paz-social>. Acesso em 09/06/2023.

SAVIANO, Roberto. *Gomorra: a história real de um jornalista infiltrado na violenta máfia napolitana*. 10º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015

SCIASCIA, Alban. Monitoring the border: Indonesian port security and the role of private actors. *Contemporary Southeast Asia*, v. 35, n. 2, p. 163-187, 2013.

SEGABINAZZI, Alessandro. *Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Diversas Sínteses de uma*

Revolução. Prêmio América do Sul – 2006, p. (107-153), 2006.

SERGI, Anna. Playing pac-man in Portville: policing the dilution and fragmentation of drug importations through major seaports. *European Journal of Criminology*, p. 1-18, 2020.

Site da Web: Apenas cinco associações em todo o Brasil podem fornecer canabidiol a pacientes com doenças graves. Disponível em: [https://g1.globo.com/jornal-
hoje/noticia/2023/01/10/apenas-cinco-associacoes-em-todo-o-brasil-podem-fornecer-
canabidiol-a-pacientes-com-doencas-graves.ghtml](https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/01/10/apenas-cinco-associacoes-em-todo-o-brasil-podem-fornecer-canabidiol-a-pacientes-com-doencas-graves.ghtml). Acesso em 09/06/2023.

SOUZA, Arlen José Silva de. Tráfico de drogas: enfrentamento e políticas públicas – Um panorama de Rondônia. *Cadernos de Direito Actual*, [s.l.], n. 3, p.277-293, 2015. ISSN 2340-860X. Disponível em <https://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/51/43>. Acesso 02/10/2023.

SOUZA, Kelle. "MPAC monitora fronteiras do Acre e mapeia rotas utilizadas por traficantes". Disponível em: <https://www.mpac.mp.br/os-caminhos-da-droga-que-sai-do-peru-e-bolivia-ate-chegar-ao-ac/>. Acesso em: 23/09/2023.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World drug report. 2021**. Viena: UNODC, 2021.

UNODC. The transatlantic cocaine market. Research Paper, 2011.

UNODC. World drug report 2019. United Nations, 2019.

Villela Lima da Costa, G., & França Oliveira, G. (2014). Esquemas de fronteira em Corumbá (MS): Negócios além do legal e do ilegal. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 7(2), 207-232. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

WAINER, João. PCC - Primeiro Cartel da Capital. Documentário. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/play/reportagens-especiais/pcc.htm>. Acesso em 15/07/2023.

